



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Ciência da Informação e Documentação - FACE
Departamento de Economia – ECO

PRISCILA FURTADO DOS SANTOS

A DESONESTIDADE DE PESSOAS HONESTAS
UM EXPERIMENTO NO BRASIL

Brasília – DF
maio de 2011

PRISCILA FURTADO DOS SANTOS

A DESONESTIDADE DE PESSOAS HONESTAS
UM EXPERIMENTO NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília.

Orientador: José Guilherme de Lara Resende.

Brasília – DF
maio de 2011

PRISCILA FURTADO DOS SANTOS

A DESONESTIDADE DE PESSOAS HONESTAS
UM EXPERIMENTO NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília.

Orientador: José Guilherme de Lara Resende.

Brasília – DF, 05 de maio de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Guilherme de Lara Resende
Orientador

Prof. Dr. Daniel Oliveira Cajueiro
Membro Interno

Prof. Dr. Bernardo Borba de Andrade
Membro Externo

RESUMO

SANTOS, Priscila Furtado dos. *A Desonestidade de Pessoas Honestas: um experimento no Brasil*. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

Sabemos que, além das infrações cometidas por criminosos profissionais, as empresas e os consumidores também se comportam de maneiras eticamente questionáveis. A sociedade, na forma de governo, tenta retaliar, pelo menos até certo ponto, a ampla gama de atos desonestos. Entender como as pessoas em geral tomam suas decisões com respeito à desonestidade é importante para a formulação de medidas mais eficazes a fim de suprimir esse tipo de comportamento. Realizamos então uma série de experimentos controlados – em que induzíamos um grupo de pessoas “honestas” a cometer fraude –, com o objetivo de descobrir quais variáveis afetavam a decisão quanto à desonestidade. Se considerarmos apenas a análise de custo-benefício externo, três variáveis poderiam afetar a frequência e o nível da desonestidade: a magnitude de recompensas externas líquidas, a probabilidade de ser flagrado e o grau da punição. Procuramos então verificar se simples manipulações contextuais, que levassem os agentes a fazer considerações internas sobre seus padrões morais, seriam também eficazes para a redução de desonestidade. Testamos também a hipótese de que um objeto não-monetário poderia agir como um facilitador da desonestidade, por permitir a flexibilidade de categorização dessas ações desonestas.

Palavras-chave: Desonestidade. Análise de custo-benefício externo. Considerações internas de custo-benefício.

ABSTRACT

We know that, besides the breaches committed by professional criminals, the companies and the consumers also behave in ways that are ethically questionable. The society, in the form of government, tries to retaliate, at least to a certain point, the wide scale of dishonest acts. Understand how people in general take their decisions about dishonesty is important for the formulation of most efficient measures in order to eliminate this type of behavior. Then we carry out a series of controlled experiments – in which we were inducing a group of "honest" people to commit fraud – with the objective to discover which variables were affecting the decision about dishonesty. If we consider only the external cost-benefit analysis, three variables could affect the frequency and the level of the dishonesty: the magnitude of net external rewards, the probability of being caught and the degree of the punishment. However, we try to check if simple contextual manipulations, that lead the agents to do internal considerations about their moral standards, are also efficient for reduction of the dishonesty. We test also the hypothesis that a non-monetary object could be such a facilitator of the dishonesty, by allowing the categorization malleability of these dishonest actions.

Key-words: Dishonesty. External cost-benefit analysis. Internal cost-benefit considerations.

Lista de Ilustrações

Figura 1. A relação entre benefícios esperados líquidos da desonestidade e a propensão à desonestidade segundo a análise que inclui apenas as recompensas externas.....	14
Figura 2. A relação entre benefícios externos líquidos da desonestidade e a propensão à desonestidade baseada nos resultados do estudo de Mazar, Amir e Ariely (2005).....	17
Figura 3. Deslocamento do limiar de ativação decorrente da maior atenção aos padrões de honestidade.....	19
Figura 4. Uma amostra da matriz do teste para somar até 10.....	24
Gráfico 1. Histograma do Nível de Desonestidade.....	37
Gráfico 2. Desempenho Real de Homens e de Mulheres.....	43
Gráfico 3. Desempenho Real dos alunos dos cursos de Biológicas, de Exatas e de Humanas.....	44
Foto 1. Entrada para a antessala do Anfiteatro 19.....	87
Foto 2. Anúncio na porta do Anfiteatro 19.....	88
Foto 3. Anfiteatro 19, após passar pela antessala.....	88
Foto 4. Anfiteatro 19. No canto esquerdo superior da foto, porta da antessala.....	89
Foto 5. Anfiteatro 19, canto inferior esquerdo.....	90

Sumário

Lista de Ilustrações.....	6
Introdução.....	8
1 Decisões quanto à Desonestidade.....	12
1.1 Análise de custo-benefício externo.....	12
1.2 Considerações internas de custo-benefício.....	15
1.2.1 Mecanismos internos de recompensa e o autoconceito.....	15
1.2.2 Atenção aos padrões de honestidade e o limiar de ativação.....	18
1.2.3 Flexibilidade de categorização e o autoengano.....	21
2 Experimentos: métodos e objetivos.....	24
2.1 Desenho Experimental Original.....	24
2.2 Modificações no Desenho Experimental.....	25
2.2.1 Experimento 1 – Lembrete moral.....	27
2.2.2 Experimento 2 – Flexibilidade de categorização.....	30
2.2.3 Experimento 3 – Menor custo externo.....	32
3 Experimentos: discussão de resultados.....	34
3.1 Metodologia de Análise Estatística.....	34
3.2 Discussão de Resultados.....	36
3.2.1 Experimento 1 – Lembrete moral.....	38
3.2.2 Experimento 2 – Flexibilidade de categorização.....	40
3.2.3 Experimento 3 – Menor custo externo.....	41
3.2.4 Questionário Socioeconômico.....	43
4 Experimentos: recomendações.....	47
Considerações Finais.....	52
Referências Bibliográficas.....	55
Apêndices.....	61

INTRODUÇÃO

As ações desonestas são comuns na vida cotidiana. É normal a divulgação, em meios de comunicação, de comportamentos desonestos dos mais variados tipos. Além das infrações cometidas por criminosos profissionais – como roubo, extorsão e tráfico de drogas –, as empresas e os consumidores também se comportam de maneiras eticamente questionáveis, seja por se envolverem em escândalos corporativos – como o da *Enron*¹ – ou ainda por acrescentarem sinistros falsos às declarações de perda de bens para as companhias de seguro, por sonegarem nas declarações de imposto de renda ou por simplesmente baixarem *softwares*, músicas e filmes piratas pela *internet*.

Mas, por que a honestidade seria importante em uma sociedade? Em termos gerais, a boa reputação de um país ou governo implica que os direitos de propriedade são garantidos pelas instituições formais – sistema legal – e que, portanto, os riscos de expropriação são reduzidos (NORTH; WEINGAST, 1989). O Brasil, por exemplo, ocupa a 69ª posição mundial em honestidade do setor público, segundo pesquisa desenvolvida pela *Transparency International*². Com relação ao ambiente de negócios, Adam Smith [1996 (1776)] argumenta que a honestidade é a melhor política. A falta de confiança em uma sociedade desestimula pagamentos

-
- 1 Um abalo expressivo e recente na governança corporativa dos Estados Unidos se deu com a *Enron*, uma das maiores companhias do setor de energia do país. A empresa pediu concordata em dezembro de 2001, após ter sido alvo de uma série de denúncias de fraudes contábeis e fiscais. A investigação indicou que ex-executivos, contadores, instituições financeiras e escritórios de advocacia foram responsáveis direta ou indiretamente pelo colapso da empresa. Segundo investigadores federais, a *Enron* criara parcerias com empresas e bancos que permitiram manipular o balanço financeiro e esconder débitos de até US\$ 25 bilhões. O lucro e os contratos da *Enron* foram inflados artificialmente, de modo que em 2000, um ano antes de quebrar, a empresa registrou um faturamento de mais de US\$ 100 bilhões. O colapso da *Enron* foi o primeiro de uma série de escândalos corporativos que atingiram os EUA nos últimos anos. Depois dela seguiram-se as quebras na *WorldCom*, da *Global Crossing* e da *Adelphia*. Envolvida em escândalo financeiro também esteve a empresa *Tyco*. A onda de fraudes levou à aprovação da Lei *Sarbanes-Oxley*, que visa a coibir crimes fiscais e práticas ilícitas de corporações americanas.
 - 2 O Índice de Percepção de Corrupção (CPI) mede o nível percebido de corrupção no setor público em 178 países e territórios ao redor do mundo. O CPI varia de 0 a 10 e quanto menor esse índice, maior a percepção de corrupção. Em 2010, o CPI do Brasil (69º) foi 3.7; o da Dinamarca (1º) foi 9.3; o dos Estados Unidos (22º) foi 7.1; e o da Somália (178º) foi 1.1. Disponível em http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results. Acesso em 19 de abril de 2011.

antecipados, concessão de crédito e disposição a correr riscos (ARIELY, 2008).

Alguns estudos têm sido realizados com o objetivo de avaliar o grau de honestidade em determinadas sociedades. Com esse objetivo, o Instituto de Pesquisas Datafolha realizou 2.122 entrevistas em 150 municípios brasileiros entre os dias 4 e 6 de agosto de 2009³. Inicialmente, o pesquisador fez uma série de perguntas sobre moralidade e corrupção, entre elas questões sobre alguns atos específicos, como comprar produtos piratas ou colar em provas ou concursos. Em seguida, o pesquisador entregou ao entrevistado um questionário para que ele próprio preenchesse, no qual perguntava se ele tinha cometido tais atos ilícitos. Esse questionário foi depositado em uma urna lacrada, de forma a que o pesquisador não tivesse acesso às respostas do entrevistado, garantido assim que ele não se preocupasse com o sigilo das informações.

Os resultados mostraram que 83% dos entrevistados admitiram ter cometido pelo menos uma prática ilegítima ou corrupta, como receber troco a mais e não devolvê-lo, levar objetos de hotéis, restaurantes ou do local de trabalho para casa; pagar para receber uma receita ou atestado médico; mentir ao declarar o imposto de renda; empregar funcionários sem registro em carteira; falsificar carteira estudantil para ter direito à meia-entrada em estabelecimentos comerciais; trazer produtos importados acima do limite legal, sem pagar o imposto correspondente; ou fazer ligações clandestinas de fiação elétrica. Entre os que têm de 16 a 24 anos, essa taxa de admissão chega a 93%. De modo geral, a pesquisa mostra que os que admitem já ter cometido tais ações ilegítimas consideram esses atos mais aceitáveis do que aqueles que reportam não tê-los cometido⁴.

Esse tipo de comportamento desonesto, seja por parte de empresas ou de consumidores, também apresenta custos financeiros. O Brasil, por exemplo, foi o país da América Latina com maiores perdas por pirataria em 2009, cerca de US\$ 2.254 bilhões, de acordo com o sétimo estudo anual da empresa *International Data*

3 Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=912. Acesso em 19 de abril de 2011.

4 Por exemplo, a maioria (68%) dos brasileiros já comprou produtos piratas, como DVDs, CDs ou programas de computador. Apesar disso, 54% dos que já compraram produtos piratas consideram essa prática moralmente errada. Do total de brasileiros entrevistados, 63% consideram essa prática moralmente errada.

Corporation (IDC) ⁵. Talvez a maior contribuição para a desonestidade venha do furto e da fraude cometidos pelos empregados, que têm sido estimados em US\$ 600 bilhões por ano apenas nos Estados Unidos (ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS, 2006).

Sabemos que essas práticas ilegítimas acontecem, mas qual a predominância? Ademais, se colocássemos um grupo de pessoas “honestas” em uma experiência cientificamente controlada e o induzíssemos a trapacear, será que fariam isso? Qual seria o grau de desonestidade?

Este artigo examina algumas possíveis causas psicológicas para a desonestidade que vão além das considerações econômicas sobre o padrão de probabilidade e o valor de ganhos externos. Com base na evidência de mecanismos internos de recompensa, obtida a partir dos experimentos que realizamos, veremos como estes mecanismos influenciam as decisões das pessoas de serem honestas ou desonestas. O procedimento geral servirá para contrastar as recompensas de incentivos financeiros que favorecem o comportamento desonesto com a motivação inerente das pessoas para o comportamento honesto.

Nos experimentos realizados, os participantes eram alunos da Universidade de Brasília, indivíduos que, na maioria dos casos, apresentaram um comportamento desonesto limitado. Conseqüentemente, a desonestidade vista nos experimentos foi provavelmente um limite inferior da desonestidade humana: o nível praticado por indivíduos que querem ser éticos e querem ser vistos como éticos – as ditas *peçoas honestas*. Se os experimentos fossem feitos com indivíduos que se importassem menos com a própria honestidade ou com comportamento que não fosse publicamente observável, é possível que tivéssemos encontrado níveis ainda mais altos de desonestidade. Em outras palavras, o nível de fraudes observado provavelmente foi uma subestimação do nível de fraudes que seria encontrado em uma maior diversidade de circunstâncias e indivíduos.

Sabemos que a sociedade, na forma de governo, tenta retaliar, pelo menos até certo ponto, a ampla gama de atos desonestos. Entender como as pessoas em geral tomam suas decisões com respeito à desonestidade é importante

⁵ Disponível em <http://www.idc.com/home.jhtml>. Acesso em 22 de setembro de 2010.

para a formulação de medidas mais eficazes a fim de suprimir esse tipo de comportamento. Muito já foi dito sobre a imposição de honestidade por meio de controles externos como, por exemplo, aumento da fiscalização e da punição. Esse não é o foco do nosso trabalho. A proposta da pesquisa é replicar os experimentos⁶ propostos por Mazar e Ariely (2006) e Mazar, Amir e Ariely (2008) a fim de verificar se simples manipulações contextuais, que levem os agentes a fazerem considerações internas sobre seus padrões morais, são também eficazes para a redução de desonestidade. Testamos também a hipótese de que um objeto não-monetário poderia agir como um facilitador da desonestidade, por permitir a racionalização dessas “pequenas” ações desonestas.

Nos experimentos que conduzimos, tomamos cuidado especial com a possibilidade de que as amostras de voluntários não fossem homogêneas e, portanto, decidimos fazer modificações em alguns aspectos dos métodos e procedimentos propostos por Mazar e Ariely (2006) e Mazar, Amir e Ariely (2008), essencialmente alterando a forma como o grupo de controle era definido. Esses ajustes foram essenciais para tornar nossa análise estatística dos resultados mais precisa.

6 De modo geral, a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo (em nosso caso, a desonestidade) e selecionar, com base em algumas hipóteses iniciais, as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definindo as formas de controle e de observação dos efeitos que essas variáveis produzem no objeto de estudo. Para testar essas hipóteses, realiza-se um experimento controlado, que normalmente baseia-se no acompanhamento de grupos *homogêneos* (mesmas características básicas), cuja única diferença entre eles é a variável que está sendo testada. A inclusão dos indivíduos nesses grupos homogêneos deve ocorrer de modo aleatório e, após essa definição, os *grupos experimentais* são submetidos a certos aspectos ou condições (tratamentos), enquanto o *grupo de controle* permanece em condições normais. Por fim, os resultados destes tratamentos são comparados com os do grupo de controle, para verificar se as variáveis que haviam sido selecionadas influenciam o objeto de estudo.

1 DECISÕES QUANTO À DESONESTIDADE

Considerando o êxito muitas vezes limitado em restringir o comportamento desonesto de pessoas “honestas” ⁷, há duas abordagens complementares para a compreensão e limitação de desonestidade. A primeira abordagem, sob uma análise exclusivamente econômica, assume que principalmente duas variáveis — a probabilidade de ser flagrado e a magnitude da punição — devem aumentar, e assim reduzir ou eliminar a desonestidade. A partir de contribuições de outras áreas do conhecimento, como Psicologia, Sociologia, Antropologia, Economia Comportamental e Experimental, Neuroeconomia e Neurociência, a segunda abordagem acrescenta, a essa análise de custo-benefício externo, considerações internas de custo-benefício que atuam nas decisões quanto à desonestidade.

1.1 Análise de custo-benefício externo

Na abordagem econômica padrão, o indivíduo racional é capaz de comparar *payoffs* para selecionar a opção que maximiza seus ganhos. Considerando apenas os incentivos externos facilmente observáveis, as pessoas realizam atos desonestos consciente e deliberadamente ao equilibrar os benefícios externos esperados (p. ex., maior lucratividade) com os custos externos esperados (p. ex., punição por multa) do ato desonesto (ALLINGHAM; SANDMO, 1972; BECKER, 1968⁸). Neste caso, quanto maiores as recompensas externas líquidas por

7 De modo geral, estamos considerando como “desonestidade” práticas ilegítimas comuns cometidas por muitos que se consideram (e que são vistos pelos outros) como pessoas honestas. Não é nosso objetivo, nesse trabalho, abordar os diversos determinantes dos graves crimes lucrativos (como tráfico de drogas, roubo ou extorsão) e nem dos não-lucrativos (como estupro, tortura e homicídio), tema que tem sido bem explicado pela Teoria Econômica do Crime.

8 O artigo seminal de Gary Becker (1968), "Crime and Punishment: An Economic Approach", é um marco à abordagem sobre os determinantes da criminalidade. Becker desenvolve um modelo formal em que o ato criminoso lucrativo decorreria de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos esperados envolvidos, comparados aos resultados da alocação do seu tempo no mercado de trabalho legal. Basicamente, a decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização de utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os

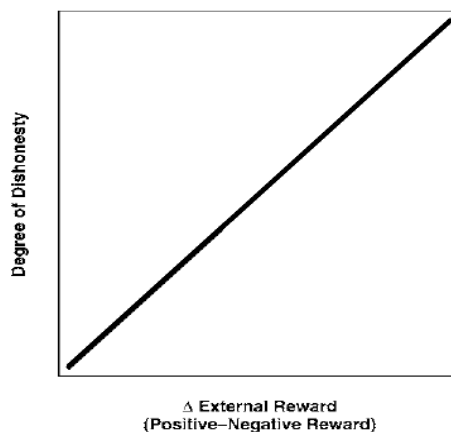
ser desonesto, maior a probabilidade de um indivíduo ter um comportamento desonesto (ver Figura 1), tal como ocorreria com qualquer outra decisão que envolvesse apenas a análise de custo-benefício externo.

Além de central para a teoria econômica, esta visão de custo-benefício externo desempenha um papel importante na teoria de crime e punição⁹, que forma a base econômica da maioria das medidas políticas apontadas para prevenção de desonestidade e guia as punições contra aqueles que exibem o comportamento desonesto. Como esta visão da desonestidade geralmente é adotada, especialmente no campo legal, os esforços de limitar a desonestidade supõem que o principal meio de fazer isso é controlar os custos e benefícios externos de um ato desonesto. As resultantes ênfases no nível de fiscalização e na magnitude da punição são os dois modos mais eficazes de controlar estes custos externos (ver Figura 1).

potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer o crime, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho.

- 9 Ao passo que a abordagem padrão de Becker (1968) se concentra no comportamento individual, Glaeser *et al.* (1996) realçam o papel de interações sociais em atividades criminais, especialmente em áreas urbanas com diferentes índices de criminalidade. Segundo Glaeser *et al.* (1996), os indivíduos são capazes de transmitir informações sobre a atividade criminal (*know how* para a diminuição dos custos do crime) por meio de interações sociais, de modo que a decisão de um agente de participar dessa atividade influencia positivamente a decisão de seus vizinhos também ingressarem no crime. Dilulio (1996) aborda questões como a de jovens criminosos impulsivos (*stone-cold predators*), criados em ambientes familiares violentos e sem capacidade de discernimento moral; a justiça criminal e os custos e benefícios sociais envolvidos no encarceramento; e a redução do capital social (aspectos da organização social, tal como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência de sociedade por facilitar ações coordenadas). Cohen (2000) faz uma revisão bibliográfica das técnicas utilizadas para estimar os custos e benefícios da justiça criminal e de programas de prevenção, incorporando o valor monetário da dor, do sofrimento e da perda de qualidade de vida.

Figura 1. A relação entre benefícios esperados líquidos da desonestidade e a propensão à desonestidade segundo a análise que inclui apenas as recompensas externas.



Fonte: Mazar e Ariely (2006)

Nota: Adotamos a hipótese simplificadora de que a função crescente que representa a relação entre benefícios esperados líquidos da desonestidade e a propensão à desonestidade, segundo a análise que inclui apenas as recompensas externas, seja linear.

Sendo assim, considerando apenas a análise de custo-benefício externo, há três variáveis que afetam a frequência e o nível da desonestidade: a magnitude de recompensas externas líquidas, a probabilidade de ser flagrado e o grau da punição. Os resultados do trabalho de Nagin e Pogarsky (2003) sugerem que aumentar a probabilidade de ser flagrado é mais eficaz em reduzir a desonestidade do que aumentar a gravidade da punição¹⁰.

Castillo *et al.* (2009) realizaram um experimento de campo para analisar os crimes cometidos no setor de Correio em Lima, Peru, e comprovaram a importância dessas variáveis na determinação do nível de desonestidade cometido. Os autores manipularam o conteúdo e a informação disponível nas correspondências enviadas a residências e descobriram altos níveis de furto. As estatísticas mostram que o comportamento dos criminosos foi estratégico já que os envelopes com dinheiro tinham 50% mais chance de serem “perdidos” do que os que estavam sem dinheiro; e os envelopes com dinheiro cujos sobrenomes do

¹⁰ Dessa forma, é mais eficaz aplicar uma multa de US\$ 100 por não parar em um sinal vermelho com uma probabilidade de 50% de ser flagrado, do que uma multa de US\$ 500 com a probabilidade de 10% de ser flagrado.

remetente e do destinatário eram iguais tinham duas vezes mais chance de serem “perdidos” (por se imaginar que algo de valor estava sendo enviado a um parente). Além disso, esse tipo de crime não é igualmente distribuído na população, pois o índice de furto foi menor em vizinhanças mais ricas já que, nessas regiões, a probabilidade de ser flagrado e, conseqüentemente, de ser punido era maior.

1.2 Considerações internas de custo-benefício

1.2.1 Mecanismos internos de recompensa e o autoconceito

De forma mais abrangente, além de considerações externas, outro conjunto de importantes informações para a decisão sobre ser honesto é baseado em recompensas internas. Psicólogos mostram que como parte da socialização, as pessoas internalizam as normas e os valores da sua sociedade (CAMPBELL, 1964; DILULIO, 1996; HENRICH *et al.*, 2001), que servem como uma referência interna com a qual uma pessoa compara o seu comportamento. Obedecer ao sistema interno de valores fornece recompensas positivas, ao passo que a desobediência a esse sistema leva a recompensas negativas (isto é, punições). A evidência mais direta da existência de tais mecanismos internos de recompensa vem de estudos de visualização cerebral¹¹. Estes estudos revelam que ações baseadas em normas sociais, tais como punição altruística¹² ou cooperação social (De QUERVAIN *et al.*, 2004; RILLING *et al.*, 2002), ativam os mesmos centros de recompensa primários no cérebro (isto é, núcleo *accumbens* e núcleo caudado, regiões do *striatum* ventral e dorsal, respectivamente) que os benefícios externos, tais como comida e bebida preferida, e lucros monetários (KNUTSON *et al.*, 2001; O'DOHERTY *et al.*, 2002).

Aplicado ao contexto de desonestidade, a principal forma de o sistema interno de recompensa exercer controle sobre o comportamento seria influenciar o

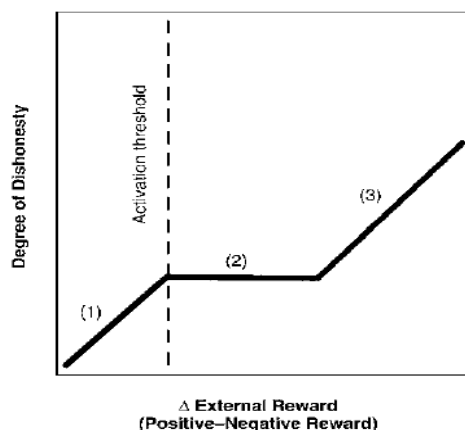
11 Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET) e Ressonância Magnética Funcional relacionada a eventos (RMFre).

12 Punir “trapaceiros” a fim de restabelecer o comportamento socialmente desejável mesmo quando isso envolve um custo monetário pessoal.

autoconceito das pessoas – isto é, o modo de as pessoas verem e perceberem a si mesmas (ARONSON, 1969; BEM, 1972). Estudos indicam que as pessoas em princípio valorizam a honestidade (isto é, a honestidade é parte do seu sistema interno de recompensa); têm forte crença na sua própria moralidade; e querem manter este aspecto do seu autoconceito (GREENWALD, 1980; GRIFFIN; ROSS, 1991; JOSEPHSON INSTITUTE OF ETHICS, 2006; SANITIOSO; KUNDA; FONG, 1990). Isto significa que se uma pessoa não respeita seus padrões internos de honestidade, ela pode ganhar financeiramente, mas tem um custo interno em termos de autoconceito, já que precisará atualizá-lo negativamente. De modo inverso, se uma pessoa obedece aos seus padrões internos, ela pode perder benefícios financeiros, mas em contrapartida, evitará tal atualização negativa e manterá a sua auto-visão positiva quanto a ser uma pessoa honesta. Esta perspectiva sugere que para manter os seus autoconceitos positivos, as pessoas respeitarão seus padrões internos mesmo quando isso envolve investimentos de esforço ou sacrifício de lucros financeiros (HARRIS; MUSSEN; RUTHERFORD, 1976).

Segundo Mazar e Ariely (2006), o limiar que ativa as recompensas internas também depende do nível de fraude. Mesmo se um indivíduo tivesse internalizado padrões de honestidade, atos de desonestidade que não afetam a ativação do limiar desse indivíduo não influenciariam o comportamento, e a relação entre as recompensas externas e a tendência à desonestidade permaneceria na Região 1 da Figura 2 (nunca alcançando o limiar).

Figura 2. A relação entre benefícios externos líquidos da desonestidade e a propensão à desonestidade baseada nos resultados do estudo de Mazar, Amir e Ariely (2005)



Fonte: Mazar e Ariely (2006)

Nota: Os resultados de Mazar, Amir e Ariely (2005) mostram que o nível de desonestidade em si pode ativar os mecanismos internos de recompensa, interrompendo a relação linear entre os mecanismos externos e a propensão a ser desonesto (como na Figura 1).

Neste caso, o mecanismo interno de recompensa poderá estar ativo ou inativo (do mesmo modo que as pessoas categorizam ações como honestas – Região 1 – ou desonestas – Região 2) e influenciar a tendência a agir desonestamente como uma função escalonada em vez de uma forma mais contínua: na Região 1, abaixo de um certo nível de desonestidade, o mecanismo interno de recompensa não é ativado e assim não influencia o comportamento; isto é, a propensão à desonestidade em tais casos é uma função das considerações de custo-benefício externo (como na Figura 1). Nesse caso, o indivíduo deriva algum benefício financeiro por se comportar desonestamente, mas mantém seu autoconceito positivo em termos de ser honesto. Isso ocorre porque o nível de fraude é relativamente baixo e, como está dentro do limiar de desonestidade aceitável, é imperceptível do ponto de vista dos mecanismos internos de recompensa. No entanto, a partir do nível de desonestidade associado ao limiar de ativação, qualquer ato desonesto levará à atualização negativa do autoconceito. (MAZAR; ARIELY, 2006; MAZAR; AMIR; ARIELY, 2008).

Na Região 2, além do limiar de ativação, quando o ato desonesto é

evidente, o mecanismo interno de recompensa é ativado e, pelo menos dentro de certo limite, exerce a sua força máxima independentemente do nível de recompensas externas. Por conseguinte, quando os padrões internos de uma pessoa ficam ativados, ela ignora a sensibilidade a recompensas externas tal que a propensão à desonestidade independe de aumentos nas recompensas externas por ser desonesto (dentro de certo limite). Na Região 3, ao contrário, é provável que quando as recompensas externas fiquem muito altas, elas tornam-se tentadoras e podem por fim prevalecer, já que a recompensa externa de ser desonesto passa a ser muito maior do que a recompensa interna de manter um autoconceito positivo. Isto é, em algum momento, os padrões internos de uma pessoa podem ser ignorados ou desativados, de modo que os elevados incentivos financeiros para desonestidade se sobreponham a tais considerações internas (uma análise de custo-benefício externo como a da Figura 1) (MAZAR; ARIELY, 2006).

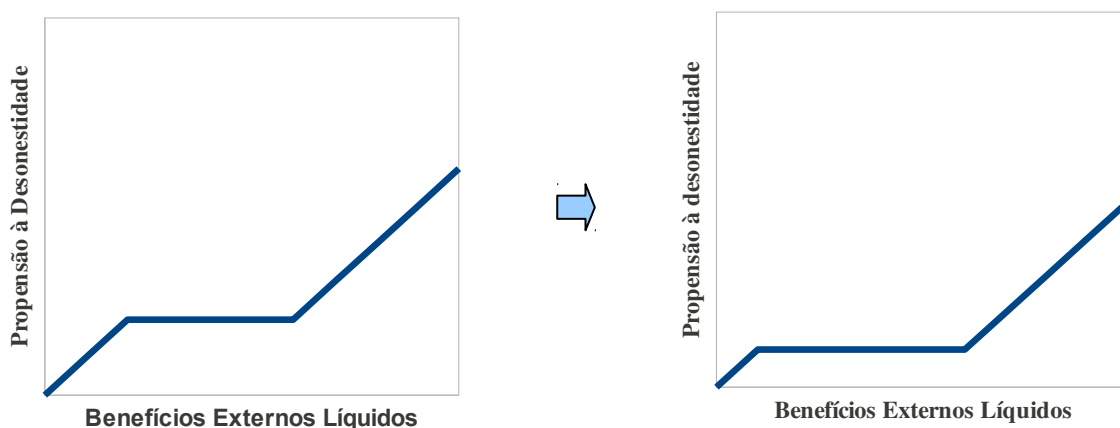
Portanto, de forma mais abrangente, em decisões sobre desonestidade, as pessoas levam em conta não apenas o nível das recompensas externas, a probabilidade de ser flagrado e a magnitude da punição, mas também o modo como o ato desonesto poderia fazê-las ver a si mesmas, ou seja, a possível atualização de seus autoconceitos. Nos tópicos seguintes, discutiremos algumas manipulações contextuais que podem influenciar as considerações internas de custo-benefício e, conseqüentemente, o processo de atualização do autoconceito.

1.2.2 Atenção aos padrões de honestidade e o limiar de ativação

Os estudos citados anteriormente corroboram a existência de mecanismos internos de recompensa. Contudo, há também pesquisas que sugerem ser possível deslocar o limiar de ativação (para a esquerda – ver Figura 2), isto é, desencadear mecanismos internos de recompensa da honestidade mais ativos (Figura 3). Quando a consciência de si aumenta, por se aumentar a atenção aos padrões de honestidade, o limiar no qual as pessoas podem ser desonestas sem influenciar seus autoconceitos é reduzido (Região 1). Portanto, quando os indivíduos

dão atenção aos seus padrões morais, qualquer ato desonesto será mais facilmente refletido negativamente em seus autoconceitos, de modo que eles tendem a ser mais honestos. Por outro lado, quando não se dá atenção aos padrões morais, as ações não são avaliadas em relação a esses padrões, o autoconceito dificilmente será atualizado e, portanto, o comportamento tende a divergir desses padrões. No contexto da fraude, isto significa que maior autoconsciência poderia levar a comportamento mais honesto.

Figura 3. Deslocamento do limiar de ativação decorrente da maior atenção aos padrões de honestidade



Beaman *et al.* (1979) fornecem um exemplo do efeito de atenção auto-focada no aumento do alinhamento entre comportamento e padrões internos. Em seu experimento 'doces ou travessuras', conduzido durante o feriado americano de *Halloween* (31 de outubro), crianças entravam numa casa e o pesquisador dizia para elas pegarem somente uma bala; então, o pesquisador as deixava sozinhas em frente das balas. Os autores observaram que era mais provável que as crianças pegassem apenas uma bala quando o pesquisador perguntava os seus nomes e endereços. Esse comportamento honesto poderia estar associado apenas à probabilidade de sofrer uma sanção ou punição. Por isso, os autores fizeram uma simples modificação no experimento e perceberam que era mais provável que estas crianças pegassem somente uma bala quando havia um espelho diretamente atrás

da tigela de bala¹³. Tal resultado sugere que a ativação do limiar é baseada no estímulo da autoconsciência e que quando este estímulo é ampliado, maior a probabilidade de o limiar ser ativado, e assim a desonestidade tende a diminuir.

O código de honra, por exemplo, pode ser utilizado como lembrete moral em um procedimento que solicita aos participantes que assinem uma afirmação na qual eles declaram o seu compromisso com a honestidade antes de envolverem-se em uma tarefa (DICKERSON *et al.*, 1992; McCABE; TREVINO, 1993, 1997). Este é um método comprovadamente bem-sucedido em aumentar a autoconsciência e muitas explicações têm sido propostas para a eficácia de códigos de honra utilizados por muitas instituições acadêmicas (McCABE; TREVINO; BUTTERFIELD, 2002); ver <http://www.academicintegrity.org>].

Mazar, Amir e Ariely (2008) realizaram um experimento utilizando código de honra como lembrete moral, antes de os participantes iniciarem uma tarefa de teste matemático que consistia em procurar combinações de números que somassem exatamente 10. Havia 20 questões e a duração do experimento foi restringida a cinco minutos (15 segundos por questão, em média). Depois de finalizado o tempo, foi pedido aos estudantes que triturassem o formulário usado no teste e indicassem em um boleto de cobrança separado quantas questões eles resolveram corretamente (autoavaliação). Para cada questão resolvida corretamente, o participante recebia US\$ 0,50.

No experimento de Mazar, Amir e Ariely (2008), aqueles que assinaram uma declaração a respeito do código de honra¹⁴ declararam ter resolvido, em média, o mesmo número de problemas do grupo de controle, cujas respostas foram conferidas por um fiscal. Sendo assim, o lembrete moral eliminou completamente as fraudes. Dado que o MIT não tinha um código de honra na ocasião do experimento, não havia nenhuma implicação de punição externa pelo seu descumprimento. Quando os autores replicaram o experimento em Yale, instituição que tinha um

13 Outras formas de aumentar a autoconsciência são: estar em frente a uma plateia (DUVAL; WICKLUND, 1972) ou escrever pequenas histórias sobre si mesmo (FENIGSTEIN; LEVINE, 1984).

14 No cabeçalho da folha do teste com as 20 tabelas, que seria triturada antes que os participantes entregassem o boleto de cobrança, havia uma afirmação adicional que devia ser lida, "entendo que esta breve pesquisa submete-se ao código de honra [de Yale] do MIT". Os participantes escreveram e assinaram os seus nomes embaixo da afirmação.

código de honra estrito, os resultados foram idênticos, sugerindo que não era o código de honra em si e a sua punição externa implícita que haviam atuado, mas sim o lembrete de moralidade. Este resultado provê mais evidências da eficácia de um simples mecanismo de compromisso com a honestidade que as escolas, as companhias, e o governo podem facilmente adotar no intuito de reduzir o comportamento desonesto, já que aumenta a atenção dos indivíduos aos seus próprios padrões morais.

1.2.3 Flexibilidade de categorização e o autoengano

Além do nível de desonestidade em si e do grau de atenção aos padrões morais, outra variável que afeta o limiar de ativação é a flexibilidade de categorização, na qual as pessoas podem reinterpretar um ato de modo que não o vejam como desonesto. Sob tal reavaliação (autoengano¹⁵), ações desonestas podem ser recategorizadas de modo a não contribuir para a ativação do limiar e assim não influenciar a tendência à honestidade. Portanto, quanto maior a flexibilidade de categorização, maior o limiar de ativação (Região 1 da Figura 2) e, conseqüentemente, maior a propensão à desonestidade.

Embora pareça ser um paradoxo que um indivíduo possa enganar a si mesmo, algumas observações sugerem que as pessoas são eficazes na manutenção de visões irrealisticamente positivas sobre si mesmas. Por exemplo, elas mantêm crenças na sua inteligência, competência e valor moral mesmo ao se deparar às vezes com seu comportamento insensato, incompetente e imoral (MAZAR; ARIELY, 2006; MAZAR; AMIR; ARIELY, 2008). Similarmente, as pessoas frequentemente estimam que são, por exemplo, melhores, mais inteligentes, ou mais belas do que a média. Como mais de 50% das pessoas consideram-se "melhores do que a média", agregar estes dados claramente viola a lógica matemática (ALICKE *et al.*, 1995). Outros pesquisadores mostraram como as pessoas podem convencer-se de certas motivações do seu comportamento, e assim esconder de si mesmas as

15 Denominado *self-deception* pela literatura de Neurociência (TRIVERS, 2000; GREENWALD, 1997).

suas verdadeiras intenções. Portanto, o autoengano pode ser bem-sucedido até em casos extremos. Por exemplo, os médicos que participaram do genocídio na Alemanha nazista conseguiram convencer-se da retidão das suas ações (LIFTON, 1986).

Embora o autoengano possa ser benéfico a curto prazo porque permite que as pessoas mantenham a autoestima, a acentuada auto percepção pode ser problemática a longo prazo quando esta falsa autoestima tem custos. Norton e Ariely (2005) mostraram isto no contexto de um experimento com dois testes de Quociente de Inteligência (QI) administrados em sequência. No primeiro teste, foi dado à metade dos participantes um gabarito na parte inferior da sua folha de teste, ao passo que a outra metade não recebeu gabarito. Quando o primeiro teste terminou, foi informado a cada participante quantas questões eles tinham resolvido corretamente. Depois disto, foi pedido para que eles previssem quantas questões resolveriam em um segundo teste semelhante, mas sem gabarito. A tarefa de previsão foi desenhada de modo que as pessoas tivessem um incentivo monetário para acertar. O pagamento dependeu mais da exatidão das suas previsões e menos do seu desempenho, de modo que a estratégia dominante era predizer corretamente.

Os resultados deste experimento mostraram que, na primeira rodada, os participantes que tinham o gabarito “executaram” melhor o teste do que participantes que não o tinham e que não houve nenhuma diferença de desempenho no segundo teste de QI quando nenhum dos participantes foi provido de gabarito. Este resultado sugere que a presença das respostas permitiu que os participantes “resolvessem” mais problemas corretamente. E o mais importante, os participantes que tinham o gabarito no primeiro teste acreditaram que este melhor desempenho foi de fato devido a sua maior inteligência, como foi refletido nas suas estimativas mais otimistas quanto ao desempenho no segundo teste. Conseqüentemente, os participantes que se enganaram, por ter uma acentuada percepção de si mesmos, ganharam menos dinheiro.

Mazar, Amir e Ariely (2008) testaram também a hipótese de que a desonestidade aumenta com o aumento da flexibilidade de categorização obtida a

partir da utilização de um intermediário de troca imediata (fichas). A descoberta que um objeto não-monetário pode agir como um facilitador da desonestidade, por permitir a flexibilidade de categorização e, conseqüentemente, o autoengano, pode explicar o alto grau de desonestidade de empregados no mercado (p. ex., furtando materiais e equipamentos do local de trabalho; superfaturando despesas de viagem)¹⁶. A racionalização dessas “pequenas” ações desonestas, por parte de quem as comete, dificulta a percepção destes de que objetos não-monetários permitem maior nível de fraude. Ao se furtar um lápis, por exemplo, pode-se argumentar que os suprimentos do escritório fazem parte do salário ou que furtar um ou dois lápis é o que todo mundo faz¹⁷ (para uma discussão da ideia de que um intermediário, tal como uma caneta, possa disfarçar o resultado final de uma ação, tal como furto, ver HSEE *et al.*, 2003).

Nessa dissertação, investigamos a importância das considerações internas de custo-benefício nas decisões quanto à desonestidade a partir de uma metodologia experimental. Replicamos alguns dos experimentos propostos por Mazar e Ariely (2006) e por Mazar, Amir e Ariely (2008), com modificações que permitiram mensurar o nível de desonestidade entre homens e mulheres e entre diferentes níveis socioeconômicos. Além disso, fizemos alguns ajustes nos métodos e procedimentos de realização dos experimentos, com o objetivo de melhorar a precisão da análise estatística dos resultados. Nas próximas seções, detalhamos os métodos, procedimentos e resultados obtidos nos experimentos realizados.

16 Conforme reportado pela *Association of Certified Fraud Examiners* (2006), o furto e a fraude cometidos pelos empregados, apenas nos Estados Unidos, têm sido estimado em US\$ 600 bilhões por ano.

17 Ariely (2008) realizou outro experimento para testar o efeito da flexibilidade de categorização sobre o nível de desonestidade. O autor constatou que, em alojamentos do MIT, todas as latas de *Coca-Cola* que foram colocadas dentro de geladeiras comunitárias desapareceram rapidamente, em 72 horas, mas que pratos com notas de um dólar permaneceram intactos durante 72 horas, até ele os retirar das geladeiras. Os alunos podem ter raciocinado que não há problema em furtar uma lata de *Coca-Cola* de uma geladeira comunitária, pois suas latas de *Coca-Cola* também já foram furtadas por outros.

2 EXPERIMENTOS: MÉTODOS E OBJETIVOS

2.1 Desenho Experimental Original

Os experimentos que conduzimos basearam-se na mesma tarefa de teste matemático utilizada por Mazar e Ariely (2006) e por Mazar, Amir e Ariely (2008), na qual os voluntários eram pagos segundo os seus desempenhos. O formulário do teste era composto por 20 tabelas, cada uma com um grupo de 12 números de três dígitos. Os voluntários tinham cinco minutos para encontrar dois números por matriz que somassem 10 (ver Figura 4).

Além disso, Mazar, Amir e Ariely (2008) usaram esta tarefa com base em um pré-teste que mostrou que os participantes não viram esta prova como reflexo da sua habilidade matemática ou inteligência. Portanto, a motivação para uma possível fraude não seria o desejo de realização, a satisfação pessoal ou a autoestima (JOHN; ROBINS, 1994; TESSER; MILLAR; MOORE, 1988; TRIVERS, 2000), mas o incentivo financeiro advindo por declarar ter resolvido corretamente mais questões do que realmente resolveu.

Figura 4. Uma amostra da matriz do teste para somar até 10

1.69	1.82	2.91
4.67	4.81	3.05
5.82	5.06	4.28
6.36	5.19	4.57

Nos grupos de controle, os autores pediram aos participantes que resolvessem as tabelas do teste matemático descrito acima e, esgotado o tempo de cinco minutos, devolvessem o formulário ao fiscal, que pagaria aos alunos US\$ 0,50 por cada soma resolvida corretamente. Nas situações de autoavaliação, os autores pediram aos participantes que, depois de resolverem o teste matemático, contassem

quantas questões responderam corretamente, escrevessem o número em um boleto de cobrança que lhes era entregue, depositassem a folha do teste em um triturador para futura reciclagem e devolvessem ao fiscal apenas o boleto de cobrança com o número de questões corretas. O fiscal verificava o número de questões que afirmaram ter respondido corretamente (o número que escreveram no boleto de cobrança) e pagava US\$ 0,50 por resposta certa.

Os participantes destruíam todas as provas de qualquer possível comportamento desonesto quando depositavam a folha do teste no triturador. Portanto, a probabilidade de ser flagrado e, conseqüentemente, os custos externos da desonestidade eram praticamente nulos. De fato, não havia nenhum modo de provar que alguém tinha trapaceado. O fiscal poderia apenas suspeitar de um atípico número elevado de respostas corretas.

Tendo finalizado o experimento, os autores então compararam o desempenho dos alunos na situação de controle, em que eles não tinham possibilidade de trapacear, com o desempenho declarado nas condições de possibilidade de *fraude*, nas quais eles tinham tal oportunidade. A situação de controle servia de parâmetro de desempenho médio dos alunos para os experimentos seguintes, supondo que os participantes tinham, em média, habilidades semelhantes neste tipo de teste. Desempenhos significativamente maiores nas etapas posteriores eram um indicativo de *fraude*, ou seja, que os alunos declararam ter resolvido corretamente mais questões do que realmente resolveram.

2.2 Modificações no Desenho Experimental

Como mencionamos anteriormente, fizemos alguns ajustes nos métodos e procedimentos de realização dos experimentos, com o objetivo de melhorar a precisão da análise estatística dos resultados. Nos experimentos que conduzimos, tomamos cuidado especial com a possibilidade de que os grupos de voluntários não fossem homogêneos e, portanto, o nível de habilidade dos participantes fosse diferente em algumas destas condições. Dessa forma, a diferença entre o

desempenho dos alunos na situação de controle e o desempenho declarado nas situações de autoavaliação poderia ser explicada não apenas pela ocorrência de fraude, mas também por uma maior habilidade no teste matemático.

Para que a análise estatística dos resultados fosse mais exata, sem precisar assumir que os reais desempenhos dos participantes sejam semelhantes aos do grupo de controle e que desempenhos significativamente maiores nas situações de autoavaliação sejam um indicativo de fraude, decidimos *preservar* as folhas do teste com as tabelas para posterior conferência, ao invés de solicitar que os alunos as triturassem. Os testes corrigidos informaram os desempenhos reais dos participantes – servindo como grupo de controle – que, por sua vez, foram comparados com os desempenhos declarados por eles no boleto de cobrança, para assim obtermos o nível exato de desonestidade cometido.

Poderíamos imaginar que, com essas modificações, os participantes estariam menos propensos à desonestidade do que na situação em que as provas do possível comportamento desonesto eram destruídas. No entanto, com base em um experimento similar realizado por Mazar e Ariely (2006) e por Mazar, Amir e Ariely (2008), assumimos que a probabilidade de ser flagrado não teria muita influência sobre a desonestidade (Região 2 da Figura 2). De fato, essa hipótese foi confirmada pelos resultados obtidos no Experimento 3, que detalharemos logo mais.

De qualquer forma, para que os voluntários tivessem a mesma *percepção* quanto à probabilidade de serem flagrados que teriam se estivessem participando dos experimentos originais, fizemos duas modificações nos métodos e procedimentos. Primeiramente, não permitimos que eles fizessem qualquer assinatura ou marca identificadora no formulário com as 20 tabelas, no boleto de cobrança ou no questionário socioeconômico, levando-os a acreditar que não havia nenhum modo de provar que alguém tinha trapaceado. No entanto, sem que eles percebessem ou desconfiassem, havia uma numeração nesses documentos, correspondente a cada um dos 400 voluntários (09/82xxx), que serviu para fazer a posterior verificação dos reais desempenhos.

Além disso, como a interação com o fiscal, ao final do experimento, poderia fazer os participantes trapaceiros sentirem-se desconfortáveis, os

formulários com as 20 tabelas não foram devolvidos diretamente ao fiscal responsável por fazer o pagamento com base no que foi declarado no boleto de cobrança. Dissemos aos participantes que, como a mesma pesquisa seria realizada com outros grupos de alunos, eles não poderiam sair da sala com as folhas do teste em hipótese alguma e que, portanto, elas deviam ser descartadas em uma lixeira de coleta seletiva que estava dentro da sala em que o experimento foi realizado. Os participantes fizeram isso antes de solicitarem o pagamento ao fiscal, tendo em mãos apenas o boleto de cobrança e o questionário socioeconômico.

Amostra

Os experimentos foram realizados com 400 alunos da Universidade de Brasília, nossa amostra de *peessoas honestas*, que são mais semelhantes, em termos de decisão quanto à desonestidade, à sociedade em geral do que criminosos. Os alunos que desejassem ser voluntários deveriam comparecer no local em que a pesquisa seria realizada, em um dos horários sugeridos. (Ver Apêndice A)

2.2.1 Experimento 1 – Lembrete moral

Procedimento

Reunimos, em horários diferentes, grupos de até 25 alunos – de uma amostra de 200 alunos – em um anfiteatro. Em cada uma das carteiras havia dois envelopes, um contendo o teste matemático (envelope pardo) e outro com o boleto de cobrança (envelope branco), além de uma tarefa simples de memória¹⁸ com o verso (em branco) voltado para cima. Todo esse material estava preso em um

¹⁸ Em cada carteira, os três documentos tinham a mesma numeração (09/82xxx), que posteriormente seria usada para fazer a *correspondência* entre os formulários de um mesmo participante. Esse procedimento ainda preservaria o anonimato dos voluntários no experimento, já que não era permitido que eles fizessem qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos documentos que recebessem.

mesmo clipe, para evitar que os participantes desvirassem a folha ou abrissem os envelopes antes da hora. Além disso, cada carteira ocupada ficava entre outras duas carteiras vazias, para impedir que os alunos se comunicassem ou interagissem durante a realização do estudo. (Ver Apêndices B, C e D)

Tarefa de Memória

Na primeira tarefa, pedimos aleatoriamente¹⁹ a 100 alunos que escrevessem os títulos de dez livros que tivessem lido durante o ensino médio (sem lembrete moral) e, para outros 100 alunos, que escrevessem o máximo que conseguissem lembrar-se dos Dez Mandamentos (lembrete moral). Eles tiveram dois minutos para concluírem esta tarefa. (Ver Apêndices E e F)

Etapa 1

Pedimos aos voluntários que abrissem o envelope pardo e resolvessem as tabelas do teste matemático descrito acima. Esgotado o tempo de cinco minutos, os participantes contavam quantas questões responderam corretamente, escreviam o número no boleto de cobrança contido no envelope branco e descartavam as folhas do teste em uma lixeira de coleta seletiva. (Ver Apêndices G e H)

Etapa 2

Os voluntários devolviam ao fiscal, que estava na antessala do anfiteatro (isolado e sem poder acompanhar a realização da Etapa 1), apenas o boleto de cobrança com o número de questões corretas e a folha da tarefa de memória. O fiscal pagava R\$ 0,50 por cada resposta que o participante havia reportado como correta (o número que escreveram no boleto de cobrança). Porém, antes de receber

¹⁹ Em metade das carteiras havia a tarefa de memória relacionada aos dez livros e, na outra metade, aos Dez Mandamentos. Inicialmente, a folha da tarefa de memória estava com o verso (em branco) voltado para cima. Os alunos poderiam escolher em que carteira iriam se sentar, a medida que fossem entrando no anfiteatro em que seria realizado o experimento. Depois que todos estavam sentados e as informações e instruções iniciais já haviam sido dadas, pedíamos que os participantes desvirassem a folha para iniciarem a tarefa de memória. Como os voluntários só souberam o tipo de sua tarefa de memória após o experimento começar, essa etapa de escolha foi aleatória.

o pagamento, o aluno tinha que preencher um questionário socioeconômico com perguntas sobre o seu gênero (masculino ou feminino), o rendimento mensal familiar (faixas em termos do salário mínimo), o número de pessoas sustentadas por essa renda²⁰ e o curso que faz na UnB. Depois de concluído o pagamento, o fiscal tinha que grampear o boleto de cobrança, o questionário socioeconômico respondido e a folha da tarefa de memória. (Ver Apêndices I e J)

Objetivo

Testar se os mecanismos internos de recompensa atuam nas decisões sobre desonestidade. Os participantes descartavam os formulários do teste sem terem feito qualquer assinatura ou marca identificadora, acreditando que não havia nenhum modo de averiguar um possível comportamento desonesto. Sendo assim, a *percepção* quanto à probabilidade de ser flagrado foi quase nula²¹. Neste caso, se os participantes comparassem apenas estes custos externos praticamente nulos com os benefícios externos advindos do incentivo monetário (R\$ 0,50 por questão que afirmavam ter respondido corretamente), poderiam decidir pela desonestidade máxima possível (afirmar que resolveram as 20 tabelas corretamente e receber R\$ 10,00, o pagamento máximo possível). Por outro lado, se levassem em conta também os custos e benefícios internos, o nível de desonestidade seria menor do que o máximo possível.

Além disso, testamos a hipótese de que seria possível aumentar a atenção das pessoas aos seus padrões de honestidade, tornando-as mais honestas. Comparamos o nível de desonestidade na situação na qual os participantes eram lembrados de seus próprios padrões morais no momento da decisão quanto ao nível

20 O objetivo do questionário socioeconômico era testar se o nível de desonestidade seria diferente entre os gêneros e entre aqueles com rendimentos mensais per capita diferentes.

21 Os participantes imaginavam que o fiscal poderia apenas suspeitar de um atípico número elevado de respostas corretas, mas não poderia ter certeza se houve ou não fraude, pois todos os formulários eram descartados na mesma lixeira para coleta seletiva, sem nenhuma identificação pessoal. Logo, a percepção dos voluntários quanto à probabilidade de ser flagrado era praticamente nula. No entanto, como todos os documentos tinham uma numeração para identificação, foi possível verificar posteriormente quantas tabelas foram resolvidas corretamente e comparar com o desempenho declarado no boleto de cobrança.

de desonestidade (Dez Mandamentos) com uma em que eles não necessariamente seriam (10 livros do ensino médio).

À primeira vista, a ideia de que qualquer lembrete pudesse reduzir a desonestidade pode parecer estranha; afinal de contas, as pessoas devem saber que é errado ser desonesto, mesmo sem lembretes. Contudo, a questão não é se as pessoas sabem que é errado comportar-se desonestamente, mas se elas se lembram destes padrões morais no momento da decisão quanto ao nível de desonestidade que cometerão. Em outras palavras, se um mero lembrete dos padrões de honestidade tiver um efeito, podemos afirmar que as pessoas não prestam atenção a estes padrões automaticamente. Nesse caso, o lembrete moral teria um efeito de redução da desonestidade e tal efeito seria produzido totalmente por considerações internas, já que não está ligado à probabilidade de ser flagrado ou à punição decorrente disso.

2.2.2 Experimento 2 – Flexibilidade de categorização

Procedimento

Reunimos, em horários diferentes, grupos de até 25 alunos – de uma amostra de 100 alunos – em um anfiteatro. Em cada uma das carteiras havia dois envelopes, um contendo o teste matemático (envelope pardo) e outro com o boleto de cobrança (envelope branco). Todo esse material estava preso em um mesmo clipe, para evitar que os participantes abrissem os envelopes antes da hora. Além disso, cada carteira ocupada ficava entre outras duas carteiras vazias, para impedir que os alunos se comunicassem ou interagissem durante o experimento. (Ver Apêndice L e M)

Etapa 1

Depois que todos estavam sentados e as informações e instruções iniciais

já haviam sido dadas, pedimos que os participantes retirassem o formulário do teste matemático do envelope pardo para iniciarem a tarefa. Esgotado o tempo de cinco minutos, os participantes contavam quantas questões responderam corretamente, escreviam o número no boleto de cobrança contido no envelope branco e descartavam as folhas do teste em uma lixeira de coleta seletiva.

Etapa 2

Os voluntários entregavam ao fiscal que estava no anfiteatro apenas o boleto de cobrança com o número de questões corretas. Dessa vez, porém, o fiscal não lhes dava o dinheiro imediatamente, pelo contrário, dava a eles *uma ficha* por questão que afirmavam ter respondido corretamente e devolvia o boleto de cobrança.

Fichas

Os alunos iam então até o outro fiscal, na antessala do anfiteatro, que trocava cada ficha por R\$ 0,50. Porém, antes de receber o pagamento, o aluno tinha que preencher o questionário socioeconômico. Depois de concluído o pagamento, o fiscal tinha que grampear o boleto de cobrança no questionário socioeconômico respondido.

Objetivo

Testar a hipótese de que a desonestidade aumenta com o aumento da flexibilidade de categorização obtida a partir da utilização de um intermediário de troca imediata (fichas). A abordagem de considerações internas em decisões quanto à desonestidade sugere que aumentar a flexibilidade de alguém interpretar ou categorizar suas ações – *autoengano* - deve aumentar a magnitude de desonestidade que uma pessoa pode cometer sem influenciar o seu autoconceito (PINA; CARDOSO, 2006; SCHWEITZER; HSEE, 2002).

2.2.3 Experimento 3 – Menor custo externo

Procedimento

Reunimos, em horários diferentes, grupos de até 25 alunos – de uma amostra de 100 alunos – em um anfiteatro. Em cada uma das carteiras havia três envelopes, um contendo o formulário do teste matemático (envelope pardo), outro com o boleto de pagamento (Envelope branco 1) e o terceiro com o questionário socioeconômico (Envelope branco 2). Todo esse material estava preso em um mesmo clipe, para evitar que os participantes abrissem os envelopes antes da hora. Além disso, cada carteira ocupada ficava entre outras duas carteiras vazias, para impedir que os alunos se comunicassem ou interagissem durante a pesquisa. (Ver Apêndice N)

Etapa 1

Depois que todos estavam sentados e as informações e instruções iniciais já haviam sido dadas, pedimos que os participantes retirassem o formulário do teste matemático do envelope pardo para iniciarem a tarefa. Esgotado o tempo de cinco minutos, os participantes contavam quantas questões responderam corretamente, descartavam as folhas do teste em uma lixeira de coleta seletiva e retiravam de um grande pote de vidro cheio de moedas de R\$ 0,50, situado na mesa na frente da sala, uma moeda por questão correta.

Etapa 2

Ao saírem do anfiteatro com o dinheiro guardado em seus pertences (mochila, carteira ou bolso) e com os 2 envelopes brancos ainda fechados, um fiscal informava aos voluntários que deveriam preencher o boleto de pagamento contido no Envelope 1 e depositar em uma urna. Fariam o mesmo com o Envelope 2, preenchendo o questionário socioeconômico e depositando-o em outra urna. As urnas estavam localizadas na antessala do anfiteatro. (Ver Apêndice O)

Objetivo

Testar a hipótese de que a desonestidade aumenta com a redução da probabilidade de ser flagrado e, conseqüentemente, dos custos externos. Nesse experimento, os alunos não precisavam comunicar ao fiscal quantas tabelas resolveram corretamente antes de retirarem as moedas do pote de vidro. Se a etapa de pagamento fosse semelhante às que ocorreram nos tratamentos anteriores, o fiscal poderia suspeitar de um atípico número elevado de respostas corretas, o que poderia fazer os participantes trapaceiros sentirem-se desconfortáveis. A eliminação desta interação social reduz a probabilidade de ser flagrado (ver MAZAR; AMIR; ARIELY, 2008), de modo que o Experimento 3 apresenta uma probabilidade *menor* de ser verificada a fraude do que o Experimento 1.

Os experimentos descritos também permitem, adicionalmente, fazer uma análise do efeito de custos externos, mais especificamente, do efeito da probabilidade de ser flagrado sobre o nível de desonestidade. Se apenas a análise de custo-benefício externo atuar nas decisões quanto à desonestidade, devemos encontrar que o nível de desonestidade aumenta quando a probabilidade de ser flagrado reduz. Nesse caso, o nível de desonestidade no Experimento 3 seria *maior* do que no Experimento 1.

De modo inverso, se a preocupação com a manutenção do autoconceito limitar a magnitude da desonestidade, devemos encontrar alguma fraude no Experimento 3, mas o nível de desonestidade deve estar na mesma magnitude que os experimentos anteriores, independente da probabilidade de ser flagrado (Região 2 da Figura 2).

3 EXPERIMENTOS: DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1 Metodologia de Análise Estatística

A análise estatística dos resultados obtidos em nossos experimentos foi feita através do *software* estatístico *R* (2009). De modo geral, procuramos verificar se havia diferenças estatisticamente significativas entre algumas médias amostrais. Para testar se os participantes foram desonestos, por exemplo, comparamos a série de desempenho real no teste matemático com a de desempenho declarado no boleto de cobrança e realizamos o *Teste t para dados pareados*, por se tratar da mesma amostra de voluntários. Fizemos isso separadamente para cada um dos tipos de tratamento (Livros, Mandamentos, Fichas e Pote). Nesse caso, as hipóteses estatísticas foram:

$$H_0: MDesempDeclX = MDesempRealX$$

$$H_A: MDesempDeclX \neq MDesempRealX$$

Sendo X um tipo de tratamento

Para verificar se o nível de desonestidade foi significativamente diferente entre dois tipos de tratamento, realizamos o *Teste t para amostras independentes*. Deste modo:

$$H_0: MDesonestX = MDesonestY$$

$$H_A: MDesonestX \neq MDesonestY$$

Sendo X e Y tipos de tratamento

O mesmo *Teste t para amostras independentes* foi utilizado para analisar se o desempenho real dos participantes no teste matemático apresentava diferenças

estatisticamente significativas entre homens e mulheres ou entre dois tipos de tratamento. Sendo assim:

$$H_0: \text{MDesempRealHomens} = \text{MDesempRealMulheres}$$

$$H_A: \text{MDesempRealHomens} \neq \text{MDesempRealMulheres}$$

$$H_0: \text{MDesempRealX} = \text{MDesempRealY}$$

$$H_A: \text{MDesempRealX} \neq \text{MDesempRealY}$$

Sendo X e Y tipos de tratamento

Para a comparação de três médias amostrais, aplicamos o teste F (k-1, N-k) por meio da *ANOVA para um fator (one-way)*. Este teste permite identificar a existência de ao menos uma diferença entre os grupos e foi aplicado para descobrir se as três amostras de alunos pertencentes a cada uma das áreas do conhecimento (Biológicas, Exatas e Humanas) apresentavam diferenças estatisticamente significativas quanto ao nível de desonestidade ou o desempenho real. Portanto:

$$H_0: \text{MDesonestBiológicas} = \text{MDesonestExatas} = \text{MDesonestHumanas}$$

$$H_A: \exists i, j: \text{MDesonest } i \neq \text{MDesonest } j \text{ (com } i \neq j; i, j = \text{Biológicas, Exatas, Humanas)}$$

$$H_0: \text{MDesempRealBiológicas} = \text{MDesempRealExatas} = \text{MDesempRealHumanas}$$

$$H_A: \exists i, j: \text{MDesempReal } i \neq \text{MDesempReal } j \text{ (com } i \neq j; i, j = \text{Biológicas, Exatas, Humanas)}$$

Em todos os casos citados anteriormente, para um nível de significância de 5% ($\alpha = 0,05$), a análise estatística deu-se da seguinte forma:

Se valor-p < 0,05, rejeita-se H_0 .

Logo, as médias amostrais apresentam diferenças estatisticamente significativas

Se valor- $p > 0,05$, não se rejeita H_0 .

Logo, as médias amostrais não apresentam diferenças estatisticamente significativas

Vale lembrar que o teste F da *ANOVA para um fator (one-way)* informa apenas se há, ou não, alguma diferença entre os grupos. Caso H_0 fosse rejeitada, seria necessário dar prosseguimento ao teste F por meio do *Teste HSD de Tukey*, a fim de especificar que grupos diferem entre si.

Além das comparações entre médias amostrais descritas acima, realizamos o *Teste de Correlação* de Pearson para descobrir se havia alguma relação entre a renda mensal *per capita* dos participantes e outras variáveis como desempenho real e nível de desonestidade. Seguimos a mesma lógica ao analisar a associação entre o desempenho no teste de memória com lembrete moral (quantidade de Mandamentos corretos) e o nível de desonestidade dos alunos. Em ambos os casos, se o valor- p fosse pequeno ($p < 0,05$), a correlação seria estatisticamente significativa e as duas variáveis seriam linearmente dependentes ou relacionadas. Dependendo do sinal do coeficiente de correlação r , esta relação entre as variáveis poderia ser direta ($r > 0$) ou indireta ($r < 0$). Além disso, o módulo deste coeficiente determinaria a intensidade da correlação. Consideramos que a associação entre as variáveis seria forte se $0,70 \leq |r| < 1,0$; moderada se $0,30 \leq |r| < 0,70$; e fraca se $0 < |r| < 0,30$.

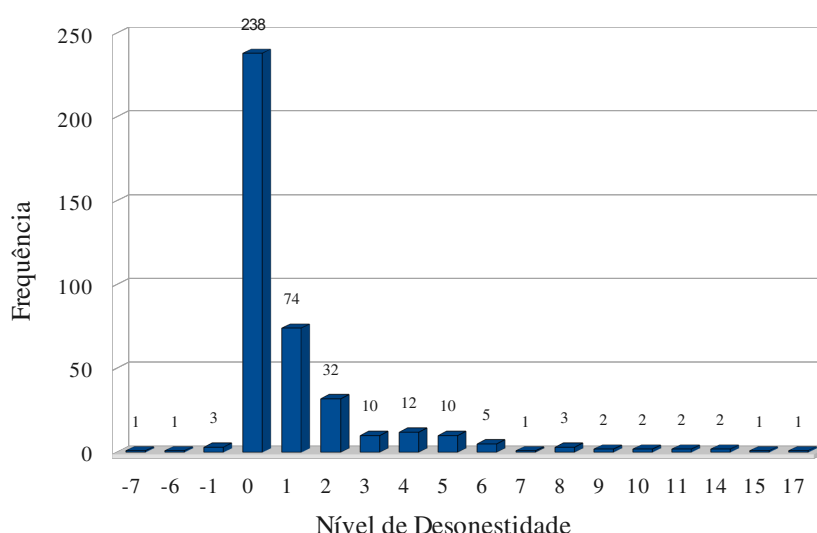
3.2 Discussão de Resultados

De modo geral, os participantes resolveram significativamente menos questões do que declararam no boleto de cobrança ($M_{DesempDecl} = 6,21$; $M_{DesempReal} = 5,14$; $t = 8,9981$; $p < 0,001$). Este resultado indica que as pessoas levam em conta os mecanismos externos de recompensa (incentivos financeiros) e que são desonestas quando isto é lucrativo para elas. Este resultado também está de acordo com as conclusões de Schweitzer e Hsee (2002), segundo o qual os participantes têm maior probabilidade de serem desonestos à medida que a

informação privada que possuem se tornar mais ambígua²².

No entanto, a magnitude da desonestidade média foi relativamente pequena, apenas 7,25% da magnitude máxima possível²³. Acreditamos que os participantes ficaram distantes da desonestidade máxima, por levarem em conta não apenas a análise custo-benefício externo. Este resultado indica que as pessoas possuem mecanismos internos de recompensa pela honestidade porque quando foi dada a oportunidade e incentivo para serem desonestas, apenas 39,25% delas tiveram um comportamento desonesto. A prevalência de honestidade entre os voluntários e a descoberta de que apenas três alunos (0,75%) optaram pela desonestidade máxima possível sugere que, como Goldstone e Chin (1993) concluem, as pessoas parecem ser relativamente morais nas suas vidas diárias. O Gráfico 1 abaixo ilustra a distribuição de frequência da variável nível de desonestidade observada em nossos experimentos.

Gráfico 1. Histograma do Nível de Desonestidade



22 Informação ambígua é aquela que permite múltiplas interpretações. Um elevado desempenho declarado no boleto de cobrança poderia ser interpretado pelo fiscal responsável por fazer o pagamento como decorrente de um comportamento desonesto ou de uma maior habilidade no teste matemático.

23 Equivale ao nível de desonestidade médio em termos percentuais do nível de fraude máxima possível que, por sua vez, é a diferença entre o desempenho máximo possível (20) e desempenho real médio. No exemplo acima, desempenho real médio = 5,14. Logo, nível de fraude máxima possível = $20 - 5,14 = 14,86$. Sabendo que o nível de desonestidade médio = 1,0775, temos que a magnitude da desonestidade equivale a $1,0775 \cdot 100 / 14,86 = 7,25\%$ da magnitude máxima possível.

O nível de desonestidade é definido pela diferença entre o desempenho declarado no boleto de cobrança e o desempenho real no teste matemático. Essa variável poderia assumir valores de -20 (desempenho real no teste matemático = 20 e desempenho declarado no teste matemático = 0) a 20 (desempenho declarado no teste matemático = 20 e desempenho real no teste matemático = 0). Notamos que, dentre a amostra de 400 alunos, 157 apresentaram comportamento desonesto (nível de desonestidade > 0); 238 voluntários foram honestos (59,50%) ao declararem no boleto de cobrança o número *exato* de tabelas que haviam resolvido corretamente (nível de desonestidade = 0); e 5 participantes subestimaram seus desempenhos reais no teste matemático (nível de desonestidade < 0).

3.2.1 Experimento 1 – Lembrete moral

Semelhante aos resultados obtidos por Mazar, Amir e Ariely (2008), o tipo de lembrete (10 livros ou Dez Mandamentos) não teve nenhum efeito significativo sobre o desempenho real dos participantes no teste matemático ($M_{DesempRealLivros} = 4,93$; $M_{DesempRealMandamentos} = 5,23$; $t = -0,5744$; $p = 0,5663$), portanto, recordar de livros ou dos Mandamentos antes de realizar o teste matemático não influenciou a habilidade ou motivação dos participantes.

Inicialmente imaginávamos que a tarefa de recordação dos Dez Mandamentos seria suficiente para aumentar a atenção dos voluntários aos seus próprios padrões morais, e assim aumentar a probabilidade do comportamento consistente com estes padrões. Ou seja, lembrar-se de padrões para moralidade (Dez Mandamentos) levaria a uma menor tolerância à desonestidade (isto é, limiar de manutenção de autoconceito reduzido), e reduziria a fraude, de modo que o desempenho declarado no boleto de cobrança desses participantes seria semelhante ao desempenho real no teste matemático. No entanto, os resultados do Experimento 1 com relação ao efeito do tipo de lembrete sobre o nível de desonestidade não confirmaram as nossas previsões.

Depois da tarefa de memória, os participantes que tiveram que recordar

os dez livros não apresentaram nível de desonestidade diferente dos que tiveram que se lembrar dos Dez Mandamentos ($M_{DesonestLivros} = 1,25$; $M_{DesonestMandamentos} = 0,94$; $t = 1,0399$; $p = 0,2998$), indicando ausência de efeito significativo do tipo de lembrete sobre a disposição em trapacear²⁴. Portanto, para nossa amostra de alunos da UnB, os Dez Mandamentos não atuaram como um lembrete moral inibidor de desonestidade.

Notavelmente, o nível de fraude médio permaneceu muito abaixo do máximo. Em média, os participantes trapacearam apenas 9,25% da magnitude máxima possível. No entanto, diferentemente dos resultados originais de Mazar, Amir e Ariely (2008), lembrar os participantes de padrões de moralidade não eliminou completamente a fraude: o desempenho declarado pelos participantes foi significativamente maior que seus desempenhos reais ($M_{DesempDeclarMandamentos} = 6,61$; $M_{DesempRealMandamentos} = 5,23$; $t = 4,5883$; $p < 0,001$).

Observamos também que, em média, os participantes lembraram-se apenas de 4,04 dos Dez Mandamentos. Apesar de a correlação entre o número de Mandamentos recordados e o nível de desonestidade ser significativamente diferente de zero ($p = 0,0471$), a associação positiva entre essas duas variáveis foi bastante fraca ($r = 0,1990$). Essa relação direta pode ser explicada pelo fato de alguns acreditarem que por terem conseguido lembrar mais Mandamentos mereciam um pagamento maior, como forma de recompensa pelo esforço em tentar concluir a tarefa, ainda que tivéssemos informado inicialmente que o pagamento não dependeria do desempenho na tarefa de memória. Ou ainda, esse comportamento pode ter acontecido porque alguns devem ter imaginado que os fiscais responsáveis por fazer o pagamento provavelmente não iriam desconfiar de um participante que teve um desempenho elevado no teste de memória com lembrete moral, por concluírem que este seria um indicativo de seus princípios e valores morais.

²⁴ Para a amostra completa de 200 alunos, o nível de desonestidade médio foi exatamente o mesmo para os dois grupos ($M_{DesonestLivros} = M_{DesonestMandamentos} = 1,38$). Procuramos então retirar os limites superiores da série de nível de desonestidade, mas continuamos não observando diferença significativa entre esses grupos.

3.2.2 Experimento 2 – Flexibilidade de categorização

Semelhante aos resultados do Experimento 1, o desempenho declarado pelos participantes do Experimento 2 foi significativamente maior que seus desempenhos reais ($M_{\text{DesempDeclarFichas}} = 5,77$; $M_{\text{DesempRealFichas}} = 4,91$; $t = 4,5606$, $p < 0,001$), indicando a ocorrência de fraude. Além disso, a magnitude de desonestidade média dos voluntários foi bem abaixo do máximo – apenas 5,70% da magnitude máxima possível.

Originalmente, partimos do princípio que introduzir um intermediário de troca imediata ofereceria aos participantes mais oportunidades para a interpretação das suas ações (HSEE *et al.*, 2003), tornando as implicações morais de desonestidade menos acessíveis internamente e facilitando a fraude em magnitudes maiores. No entanto, a magnitude de desonestidade neste experimento não foi significativamente maior do que no experimento em que o pagamento em dinheiro era feito imediatamente (Experimento 1 – Livros), e a probabilidade de ser flagrado ou a magnitude de punição eram presumivelmente as mesmas: $M_{\text{DesonestFichas}} = 0,86$; $M_{\text{DesonestLivros}} = 1,38$; $t = -1,6031$, $p = 0,1107$.

Os nossos resultados não confirmaram a ideia de que a condição das fichas ofereceria mais flexibilidade de categorização, de modo que as pessoas poderiam interpretar a sua desonestidade de uma maneira menos severa. Portanto, esse tipo de manipulação contextual não aumentou o limiar da magnitude aceitável de desonestidade (Região 1 da Figura 2) e nem o nível de fraude máxima – declarar no boleto de cobrança ter resolvido corretamente as 20 tabelas do teste matemático –, como poderíamos esperar. Não houve nenhuma diferença na desonestidade através dessas duas condições de fraude. Estes últimos resultados sugerem que os participantes do experimento com as fichas e com os livros pareceram ter usado o mesmo limiar para conciliar as motivações de beneficiarem-se financeiramente da fraude e manterem os seus autoconceitos positivos (Região 1 da Figura 2).

3.2.3 Experimento 3 – Menor custo externo

O nível de desonestidade neste tratamento foi semelhante ao observado no Experimento 1 (Livros), apesar de a probabilidade de ser flagrado ter sido reduzida (Região 2 da Figura 2) já que após retirarem as moedas, os alunos eram orientados a guardar o dinheiro em seus pertences (mochila, carteira ou bolso), não havendo qualquer conferência por parte de nenhum fiscal. O objetivo dessa manipulação era garantir aos participantes que as suas ações individuais de retirar o dinheiro do pote de vidro não seriam observáveis, no entanto isso impossibilitaria a precisão quanto ao montante de moedas que *cada* participante retirou. Para amenizar esse problema de mensuração, solicitamos que, ao fim do experimento, os alunos preenchessem um boleto de pagamento, indicando a quantidade de moedas retiradas apenas para “facilitar a reposição de moedas para a próxima sessão da pesquisa”. Os alunos deveriam depositar esses boletos de pagamento preenchidos em uma urna localizada na antessala do anfiteatro. (Ver Apêndices N e O)

Consideramos o desempenho declarado no boleto de pagamento como uma *proxy* do montante real de moedas retiradas do pote de vidro por cada voluntário, já que não podíamos garantir que eles estavam sendo totalmente honestos nessa etapa de declaração. Conferimos a quantidade de moedas existentes no pote de vidro antes e depois de cada sessão do experimento, e comparamos o montante de moedas retiradas com o total declarado pelos participantes nos boletos de pagamento. Na amostra de 100 alunos, fazendo as verificações nas 6 sessões, encontramos que a diferença total entre o desempenho declarado nos boletos de pagamento e o montante real de moedas retiradas do pote de vidro foi de apenas 9 moedas, permitindo que o nível de desonestidade assumido em nossa análise estatística fosse uma aproximação bastante precisa do nível de desonestidade real.

Os resultados mostraram que o desempenho declarado pelos voluntários foi significativamente maior que seus desempenhos reais ($M_{DesempDeclarPote} = 6,18$; $M_{DesempRealPote} = 5,49$; $t = 3,8781$; $p < 0,001$). A magnitude média da desonestidade foi aproximadamente 4,76% da magnitude máxima possível.

Ao compararmos o comportamento deste grupo com o do Experimento 1 (Livros) - presumivelmente com redução na probabilidade de ser flagrado ou na gravidade da punição – verificamos que o nível de desonestidade foi significativamente menor entre o grupo que fez o próprio pagamento ao retirar as moedas do pote de vidro ($M_{DesonestPote} = 0,69$; $M_{DesonestLivros} = 1,38$; $t = -2,1678$, $p = 0,0315$). Esse resultado indica que não são apenas os custos externos que estão envolvidos nas decisões quanto à desonestidade, mas também as considerações internas de custo-benefício. De fato, permitir que os alunos fizessem seus próprios pagamentos ofereceu menor flexibilidade de categorização, tal que os alunos não poderiam reinterpretar os seus atos desonestos, diminuindo assim o limiar da magnitude aceitável de desonestidade (Região 1 da Figura 2).

Ações que envolvam dinheiro em espécie tendem a apresentar menor flexibilidade de categorização, de modo que não podem ser facilmente reinterpretadas. Segundo Ariely (2008), além do fato de o dinheiro ser uma unidade clara de troca, quando lidamos com ele, somos sensibilizados a pensar em nossos atos como se tivéssemos assinado um código de honra, já que suas características²⁵ nos fazem lembrar um contrato. Portanto, a flexibilidade de categorização tende a ser determinada pelo contexto ou ambiente em que a ação está inserida.

Pode ser também que, ao permitir que os participantes fizessem seus próprios pagamentos, eles tenham ficado mais atentos aos efeitos que seus atos desonestos poderiam ter sobre os demais voluntários de uma mesma sessão do experimento. De fato, como a quantidade de moeda no pote de vidro não era ilimitada, os alunos poderiam imaginar que se retirassem quantidades muito acima do que deveriam, não sobraria moedas suficientes para os próximos voluntários, de uma mesma sessão, que fariam seus próprios pagamentos²⁶.

25 No dólar americano, por exemplo, existe o nome dos Estados Unidos da América impresso em destaque; a imagem de presidentes americanos como George Washington, Thomas Jefferson e Abraham Lincoln; e a declaração “Confiamos em Deus” no verso da cédula.

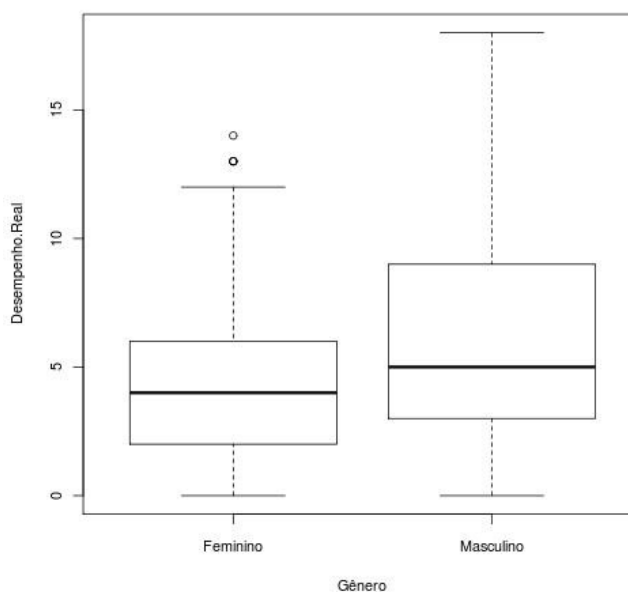
26 Em uma hipótese extrema, caso todas as moedas no pote de vidro fossem retiradas antes de todos os participantes da sessão terem feito seus próprios pagamentos, haveria imediatamente a reposição das moedas para que essa etapa do experimento fosse concluída. Em nenhuma sessão houve a necessidade fazer isso.

3.2.4 Questionário Socioeconômico

Desempenho no Teste Matemático

Participaram como voluntários no experimento 202 alunas e 198 alunos. Com relação às habilidades dos participantes na realização do teste matemático, verificamos que os homens apresentaram desempenho real no teste matemático significativamente maior que as mulheres ($M_{\text{DesempRealHomens}} = 5,98$; $M_{\text{DesempRealMulheres}} = 4,30$; $t = -4,7891$; $p < 0,001$). O Gráfico 2 abaixo ilustra esses resultados.

Gráfico 2. Desempenho Real de Homens e de Mulheres

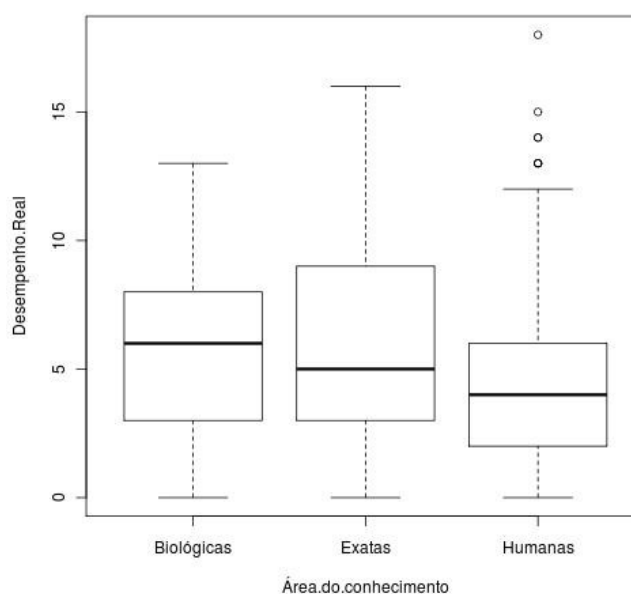


Participaram do experimento 231 alunos de Humanas, 132 de Exatas e 33 de Biológicas²⁷. Os voluntários apresentaram desempenhos reais significativamente diferentes entre as áreas do conhecimento ($M_{\text{DesempRealExatas}}$

²⁷ Dentre os 400 voluntários, apenas 4 não informaram, no questionário socioeconômico, qual curso faziam na UnB.

= 5,96; MDesempRealBiológicas = 5,93; MDesempRealHumanas = 4,62; $F(2,393) = 6,7844$; $p = 0,0012$). O Gráfico 3 abaixo apresenta essas diferenças. (Ver Apêndice P)

Gráfico 3. Desempenho Real dos alunos dos cursos de Biológicas, de Exatas e de Humanas



O Teste HSD de Tukey, realizado em seguida, permitiu concluir que os alunos pertencentes aos cursos da área de Exatas tiveram desempenhos significativamente maiores do que os de Humanas ($p \text{ adj} = 0,0017$). Não houve diferença significativa entre o desempenho dos alunos de Exatas e Biológicas ($p \text{ adj} = 0,9994$) ou entre os de Humanas e Biológicas ($p \text{ adj} = 0,1160$). Além disso, obtivemos uma fraca correlação negativa entre o desempenho real e a renda mensal *per capita* dos participantes ($r = -0,098$), que é significativa apenas para um nível de significância maior que 5% ($p = 0,05091$).

Nível de Desonestidade

Vimos anteriormente que nosso desenho experimental permitiu a verificação do desempenho real dos participantes no teste matemático que, por sua vez, quando comparado com o desempenho declarado por eles no boleto de cobrança, possibilitou a obtenção do nível *exato* de desonestidade cometido. A partir desses ajustes, foi possível verificar se o nível de desonestidade seria significativamente diferente entre os gêneros e entre aqueles com rendimentos mensais *per capita* diferentes. Notamos que o nível de desonestidade entre homens e mulheres não foi significativamente diferente (MDesonestHomens = 1,08; MDesonestMulheres = 1,07; $t = -0,0273$; $p = 0,9783$).

Portanto, os resultados obtidos no experimento não estão em conformidade com o comportamento padrão de mulheres em situações que envolvam crime e desonestidade. Criminologistas têm concordado que as mulheres são menos propensas a cometer atos criminosos que os homens²⁸. Segundo Steffensmeier e Allan (1996), essa diferença existe em todas as categorias de crime, exceto prostituição, e é maior quando se trata de crimes mais graves como homicídio e assalto à mão armada.

Uma possível explicação para a semelhança entre o comportamento desonesto de homens e mulheres nos experimentos realizados é que, por estarem igualmente atentos a seus padrões morais²⁹, seus mecanismos internos de recompensa da honestidade foram parecidos e, portanto, o limiar de ativação foi o mesmo (Região 1 da Figura 2).

As pessoas com menor renda mensal *per capita*, apesar de também exibirem um comportamento desonesto, declararam ter resolvido em média menos questões do que as pessoas com maior renda mensal *per capita*. Houve uma relação positiva entre o rendimento mensal *per capita* e o envolvimento na fraude (GRASMICK *et al.*, 1983). Apesar de a correlação entre a renda mensal *per capita* e o nível de desonestidade ser significativamente diferente de zero ($p = 0,0486$), a associação entre essas duas variáveis foi bastante fraca ($r = 0,0992$).

28 Por exemplo, os resultados da pesquisa do Instituto Datafolha, citada anteriormente, mostram que a admissão de prática ilegítima é maior entre os homens (86%) do que entre as mulheres (80%).

29 Eckel (2008) cita vários estudos que têm mostrado que as mulheres tendem a ser mais altruístas e menos competitivas do que os homens em experimentos controlados. Esse resultado não foi corroborado em nossos experimentos.

Uma explicação possível para isso seria que, para uma pessoa com renda mensal *per capita* maior, o custo que sua fraude (R\$ 0,50 por resposta correta) impõe à contraparte (no caso, o fiscal) será relativamente menor do que para uma pessoa com rendimento mensal *per capita* menor, e por isso estará mais propensa a ser desonesta³⁰; ou ainda, por acreditar que deva ser excluída de certas regras e padrões aplicados aos demais, uma pessoa com maior renda mensal *per capita* poderá ser mais desonesta (LAMMERS *et al.*, 2010). Portanto, para uma pessoa com renda mensal *per capita* mais elevada, o limiar de ativação seria maior, permitindo assim um nível de desonestidade mais amplo³¹. Deste modo, diferentes limiares de ativação levaram a mecanismos internos de recompensa da honestidade mais ou menos ativos (Região 1 da Figura 2).

Por fim, verificamos que o nível de desonestidade foi significativamente diferente entre as três áreas do conhecimento (MDesonetHumanas = 1,32; MDesonestExatas = 0,69; MDesonestBiológicas = 0,60; $F(2,393) = 3,6216$; $p = 0,0276$). O Teste HSD de Tukey, realizado em seguida, permitiu concluir que os alunos pertencentes aos cursos da área de Humanas apresentaram nível de desonestidade significativamente maior do que os de Exatas ($p \text{ adj} = 0,0403$). Não houve diferença significativa entre o nível de desonestidade dos alunos de Exatas e Biológicas ($p \text{ adj} = 0,9786$) ou entre os de Humanas e Biológicas ($p \text{ adj} = 0,2318$).

30 Gneezy (2005) usou um jogo de fraude simples com assimetria de informação para demonstrar como as pessoas agem egoisticamente, à medida que maximizam os seus próprios *payoffs*, mas que também são sensíveis aos custos que suas mentiras impõem a outros. Estes são resultados relevantes pois nas fraudes diárias há diferenças na riqueza (p. ex., entre empregados e empregadores, entre consumidores e corporações) e na percepção do custo que a fraude gera para a outra parte. Essencialmente, estes resultados sugerem que as pessoas sejam mais desonestas quando enfrentam contrapartes mais ricas e quando o custo da fraude para estas contrapartes pareça ser menor.

31 A pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha mostra ainda que os brasileiros que fazem parte das classes A e B são mais tolerantes quanto a atos ilegítimos do que os que integram as classes D e E. Esse resultado também se relaciona com o fato de que os mais ricos são exatamente os que mais admitem suas práticas ilegítimas: 94% entre os que fazem parte das classes A e B, ante 83% dos que integram a classe C e 71% dos que pertencem às classes D e E.

4 EXPERIMENTOS: RECOMENDAÇÕES

Tarefas

Originalmente, Mazar, Amir e Ariely (2008) escolherem o teste matemático com as tabelas (ver Figura 4) porque assumiram que, embora pudesse levar um tempo para procurar a resposta certa, quando encontrada, os alunos poderiam inequivocamente avaliar se resolveram a questão corretamente (supondo que eles conseguissem somar dois números até 10 sem erro), sem a necessidade de um gabarito ou a possibilidade de um viés de percepção tardia³² (FISCHHOFF; BEYTH, 1975). No entanto, como o tempo de resolução era muito curto (15 segundos por tabela), o ideal seria evitar a ocorrência, na mesma tabela, de números que quando somados davam resultados próximos a 10 (como 10,10; 9,90 e 9,80). Dessa forma, os participantes estariam menos propensos a cometer erros de autoavaliação imperceptíveis e não intencionais³³.

A correção dos testes também indicou a necessidade de esclarecer, em experimentos futuros, os enunciados do teste matemático e do teste de memória com lembrete moral. O enunciado original do teste matemático era: “Em cada uma

32 O viés de percepção tardia diz respeito ao fato de se perceber, com facilidade, todos os sinais e os eventos que conduzem a um determinado resultado assim que se observa uma situação retrospectivamente. Um exemplo disso ocorre quando é pedido que as pessoas pré-julguem os resultados de experimentos psicológicos antes de serem realizados. Raramente são capazes de prevêê-los corretamente. Entretanto, quando os resultados são ditos a elas, comentam que tais resultados eram óbvios e teriam sido preditos antecipadamente com facilidade. Em nosso experimento, esse viés de percepção tardia existiria somente se os voluntários percebessem apenas posteriormente que se enganaram ao declarar terem resolvido corretamente mais questões do que realmente resolveram.

33 Dentre a amostra de 400 voluntários, 3 alunos *subestimaram* seus desempenhos reais e declararam ter resolvido *uma tabela a menos* do que realmente resolveram. Certamente esse erro de autoavaliação não foi intencional, pois implicou na perda de R\$ 0,50 para cada um desses três participantes. É também possível que alguns alunos tenham se enganado ao fazer a autoavaliação e por isso tenham *superestimado* seus desempenhos reais. Ao corrigir os testes matemáticos, percebemos que todos aqueles que fizeram as *somas por escrito* dos dois números que haviam circulado na tabela, puderam inequivocamente avaliar se resolveram a questão corretamente e declararam seus desempenhos reais com exatidão. Desconfiamos que aqueles que fizeram essa soma *mentalmente* – em especial naquelas questões em que o erro de autoavaliação seria mais provável, como em tabelas com números cuja soma era próxima de dez (10) – estavam mais propensos a superestimarem seus desempenhos reais, ainda que talvez não fizessem isso intencionalmente.

das vinte (20) tabelas, circule os dois (2) únicos números cuja soma é igual a dez (10)". Parece que vinte (20) alunos, dentre a amostra de 400 voluntários (5%), entenderam que deviam circular os dois (2) únicos números cuja soma de seus *dígitos* ou *algarismos* fosse exatamente igual a dez (10)³⁴. Para evitar esse tipo de dúvida, poderíamos ter elaborado o enunciado da seguinte forma: "Em cada uma das vinte (20) tabelas, circule os dois (2) únicos números que quando somados dão resultado exatamente igual a dez (10)".

No caso da tarefa de memória com lembrete moral, o enunciado original era da seguinte forma: "Escreva o máximo que você conseguir se lembrar dos Dez Mandamentos". Havia linhas numeradas de 1 a 10 para serem preenchidas por estes mandamentos. Parece que três (3) alunos, dentre a amostra de 100 voluntários, não associaram a tarefa com as regras morais dos Dez Mandamentos e, por isso, tiveram desempenho nulo no teste de memória. Acreditamos que, para esses três casos, o problema poderia estar na forma como o enunciado foi elaborado. Poderíamos ter escrito o enunciado de tal maneira que a identificação fosse imediata, como por exemplo: "Escreva o máximo que você conseguir se lembrar dos *Dez Mandamentos* (conjunto de leis mencionadas nas Escrituras Hebraicas)".

Questionário Socioeconômico

Ao preencherem o questionário socioeconômico, os alunos deviam informar a renda mensal familiar na residência e o número de pessoas sustentadas por essa renda. Os fiscais responsáveis por fazer o pagamento perceberam que alguns participantes tiveram dúvidas ao preencher essas questões porque, apesar de morarem sozinhos em Brasília (número de pessoas na residência=1), eram sustentados pelos pais ou responsáveis, que moravam em outra localidade. Para estes casos, a variável renda mensal familiar *na residência* não era a mais

³⁴ Por exemplo, circularam 6,40 ($6+4+0=10$) e 5,23 ($5+2+3=10$), apesar de $6,40+5,23$ ser diferente de 10.

apropriada, por provavelmente ter sido *subestimada*³⁵ em relação à renda mensal familiar, quando se leva em conta o rendimento dos responsáveis por sustentar esses alunos em Brasília, apesar de não morarem na mesma residência. Além disso, para os treze (13) alunos que declararam que a renda mensal familiar na residência era *superior* a R\$ 25.500,00, não foi possível especificar com exatidão o limite superior deste intervalo³⁶, como se deu nos demais casos em que as alternativas eram completas (com extremos superior e inferior).

Experimento 1 – Lembrete moral

As 10 sessões deste experimento foram realizadas no mesmo dia e local, apenas em horários diferentes – turmas de até 25 alunos por hora. Embora tenhamos solicitado aos participantes que não comentassem sobre as etapas do estudo aos futuros voluntários, é possível que muitos alunos já tivessem um conhecimento prévio sobre os tipos de tarefa de memória que poderiam resolver. A provável interação entre os alunos que já tinham participado do experimento e os que ainda iriam participar pode ter afetado os resultados finais.

Para garantir que nenhum participante tivesse conhecimento prévio sobre as etapas do experimento, principalmente quanto à tarefa de memória com lembrete moral, o ideal seria que a pesquisa ocorresse em um único horário, caso tivesse que ser realizada no mesmo dia e local. No entanto, isso poderia gerar certo tumulto e desorganização nas etapas de pagamento e preenchimento dos questionários socioeconômicos. Se não fosse possível realizar uma única sessão para uma amostra tão extensa (200 alunos), uma solução possível seria realizá-la em locais e dias tão distintos a ponto de impedir a comunicação ou troca de informações entre os que já haviam participado e os que ainda iriam participar.

Notamos também que o tipo de lembrete moral escolhido (Dez Mandamentos) não teve efeito redutor sobre o nível de desonestidade cometido

35 Na maioria desses casos, os alunos declararam no questionário socioeconômico que a renda mensal familiar na sua *residência* era de até R\$ 510,00.

36 Seguindo o mesmo padrão dos demais intervalos de renda, escolhemos como extremo superior o valor de R\$ 51.000.

pelos voluntários. Especificamente para essa amostra de alunos da UnB, talvez outros tipos de lembretes morais pudessem ter atuado no sentido de aumentar a atenção dos alunos aos padrões de honestidade, desencadear o limiar de ativação dos mecanismos internos de recompensa e, assim, reduzir o comportamento desonesto. Poderíamos ter solicitado na tarefa de memória, por exemplo, que os participantes escrevessem os nomes de dez pessoas que tivessem *virtudes*³⁷ que eles considerassem essenciais na sua atuação profissional (modelos comportamentais). Ou ainda, tal como ocorreu no experimento com código de honra citado anteriormente, poderíamos pedir que os voluntários preenchessem uma declaração a respeito do seu código de ética profissional³⁸. Por fim, para essa amostra de alunos da UnB, verificaríamos se algum desses outros três tipos de lembretes morais afetaria a decisão quanto à desonestidade.

Experimento 2 – Flexibilidade de categorização

Nesse experimento, utilizamos moedas coloridas de plástico como nossas “fichas”³⁹. Imaginávamos que – assim como aconteceu com os *tokens*⁴⁰ utilizados nos experimentos originais – esse tipo de intermediário poderia agir como um facilitador para a desonestidade, mas não foi esse o resultado que encontramos para a amostra de alunos da UnB. É possível que essas moedas coloridas de plástico tivessem o mesmo efeito inibidor de desonestidade que as moedas reais

37 Como justiça, honestidade, imparcialidade, ética, generosidade, solidariedade, altruísmo, competência, inteligência, dedicação, determinação e outros.

38 No cabeçalho do formulário com as 20 tabelas, que seria descartado na lixeira para coleta seletiva antes que os participantes entregassem o boleto de cobrança ao fiscal, poderia haver uma afirmação adicional a ser lida e completada por eles: “entendo que esta breve pesquisa submeteu-se ao código de ética profissional do _____”. O voluntário preencheria a afirmação com a profissão correspondente ao seu curso na UnB (*médico, advogado, farmacêutico, contabilista* e outros), não havendo mais necessidade da existência dessa pergunta no questionário socioeconômico.

39 Cada uma dessas moedas custou em média R\$ 0,07, bem menos do que os R\$ 0,50 pelos quais seriam trocadas. Ainda assim, os fiscais responsáveis por fazer o pagamento relataram que alguns alunos disseram preferir ficar com as moedas coloridas de plástico a receber o pagamento correspondente em dinheiro. Como não havia essa opção, esses alunos tiveram que devolver as “fichas” aos fiscais e receber as moedas de R\$ 0,50 em troca.

40 *Tokens* são fichas metálicas utilizadas em máquinas automáticas (como as de cassinos, salões de jogos e lavanderias), que atuam como meio de pagamento interno já que estão vinculados a uma atividade ou serviço específico.

teriam (menor flexibilidade de categorização). Certamente não faria diferença utilizar fichas metálicas (*tokens*) como intermediário, já que essas se assemelham ainda mais com as moedas reais. Talvez fosse interessante replicar esse experimento com um tipo de intermediário que fosse um objeto *claramente não-monetário*, o que permitiria, de fato, a flexibilidade de categorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há nenhuma dúvida de que a desonestidade é comum na vida diária. A abordagem econômica padrão considera que os indivíduos comparam os custos e benefícios externos de determinado ato desonesto a fim de tomar sua decisão quanto a cometê-lo ou não. Nesse caso, se a fraude é motivada por benefícios externos maiores do que os custos do ato desonesto, a solução é simples: os custos de ações desonestas devem aumentar a ponto de superar seus benefícios esperados. Isto pode ser alcançado elevando a probabilidade de ser flagrado ou o grau de punição. Se a causa da desonestidade é baseada somente em um desequilíbrio entre custos e benefícios externos, a abordagem legal padrão de controlar os custos externos é a única relevante.

No entanto, os resultados obtidos a partir dos experimentos que realizamos sugerem que as decisões quanto à desonestidade também incluem considerações internas de custo-benefício, no sentido de que os indivíduos se preocupam em manter os seus autoconceitos. Segundo esta abordagem, pessoas que têm boas opiniões a respeito de si mesmas em termos de honestidade fazem uso de vários mecanismos que as permitem envolverem-se em um nível limitado de desonestidade, conservando visões positivas de si mesmas. Em outras palavras, há uma faixa de desonestidade aceitável que é limitada por considerações internas de recompensa (Região 1 da Figura 2). Quando o papel das recompensas internas é mais bem entendido, tanto prevenções como punições da desonestidade podem se tornar mais eficazes e eficientes.

Os resultados dos experimentos permitiram concluir que quando os indivíduos tiveram a oportunidade de trapacear, apenas 39,25% deles trapacearam. Notamos também que a magnitude média da desonestidade foi relativamente baixa (7,25% em relação ao montante máximo possível). Considerando os três experimentos, entre os 400 alunos que poderiam trapacear, apenas 3 (0,75%) trapacearam pelo montante máximo⁴¹ (e, assim, provavelmente fizeram uma análise

41 Declarar ter resolvido corretamente as 20 tabelas.

de custo-benefício externo, levando-os à desonestidade racional padrão), ao passo que a maioria trapaceou apenas um pouco⁴² (e, assim, certamente levaram em conta os custos e benefícios externos e internos, de modo a cometerem um nível de desonestidade aceitável que não modificasse seus autoconceitos).

Um dos objetivos da pesquisa era verificar se simples manipulações contextuais, que levassem os agentes a fazerem considerações internas sobre seus padrões morais, seriam também eficazes para a redução de desonestidade. O Experimento 1 nos permitiu concluir que os Dez Mandamentos não atuaram como lembrete moral para os alunos da UnB, já que o nível de desonestidade apresentado por esse grupo não foi significativamente menor do que nos demais tratamentos. Notamos também que, com base no Experimento 2, as fichas não tiveram nenhum efeito ampliador da flexibilidade de categorização do ato desonesto. Essas conclusões aplicam-se à amostra de alunos da UnB. Para extrapolar esses resultados, seria necessário replicar tais experimentos com alunos de outras universidades⁴³.

Além disso, os resultados obtidos no Experimento 3 mostraram que os voluntários foram insensíveis aos custos externos esperados associados às ações desonestas (Região 2 da Figura 2), sugerindo que as recompensas internas e externas não são simplesmente aditivas, mas apresentam também uma forma funcional particular (escalonada). O Experimento 3 também permitiu chegar à conclusões quanto ao efeito inibidor que os objetos monetários podem ter sobre a desonestidade. Atos desonestos envolvendo dinheiro em espécie tendem a apresentar menor flexibilidade de categorização, pois não podem ser facilmente reinterpretados.

Considerando as limitações deste trabalho, sugerimos pesquisas futuras que ampliem o estudo sobre as decisões quanto à desonestidade em dois aspectos principais. Primeiramente, nossas manipulações contextuais são limitadas. Neste sentido, os resultados podem ser generalizados para uma classe muito maior de

42 O nível de desonestidade médio foi de apenas 1,0775 tabelas, com custo médio da desonestidade igual a R\$ 0,54 por aluno. (Ver Apêndice Q)

43 Mazar e Ariely (2006) e Mazar, Amir e Ariely (2008), para validar seus resultados, realizaram os mesmos experimentos com alunos de Harvard Business School, do MIT, de Princeton, da UCLA e de Yale.

manipulações que reduziriam o comportamento desonesto e poderiam ser úteis quando, por exemplo, alguns tipos de lembretes morais não são uma solução fatível, tal como em *ambientes de mercado*. Os meios para incorporar tais manipulações em cenários diários nos quais as pessoas poderiam ser tentadas a ser desonestas (p. ex., preencher declaração de imposto de renda ou pedidos de pagamentos de seguro) e para descobrir métodos de combate à adaptação a estas manipulações continuam sendo questões abertas. Portanto, seria interessante realizar novos experimentos que envolvam manipulações contextuais mais compatíveis com ambientes comerciais ou seculares e, com base nisso, sugerir diretrizes de política de redução de desonestidade que sejam aplicáveis a situações reais.

Além disso, acreditamos que a teoria de considerações internas de custo-benefício em decisões quanto à desonestidade possa ser incorporada em modelos econômicos. Os resultados apresentados neste trabalho poderão contribuir para o desenvolvimento de tais modelos. Com base na evidência empírica obtida a partir dos experimentos que já foram replicados, é possível construir um *modelo formal* que explique as decisões quanto à desonestidade, levando em conta a análise de custo-benefício externo e as considerações internas de custo-benefício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICKE, Mark D., M.L. KLOTZ, David L. BREITENBECHER, Tricia J. YURAK, e Debbie S. VREDENBURG (1995), “Personal Contact, Individuation, and the Better-Than-Average Effect”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 68 (5), 804–825.

ALLINGHAM, Michael G. e Agnar SANDMO (1972), “Income Tax Evasion: A Theoretical Analysis”, *Journal of Public Economics*, 1 (November), 323–38.

ARIELY, Dan (2008), *Previsivelmente Irracional*, Editora Campus/Elsevier, Rio de Janeiro.

ARONSON, Elliot (1969), “A Theory of Cognitive Dissonance: A Current Perspective”, em *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 4, Leonard Berkowitz, ed. New York: Academic Press, 1–34.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (2006), “2006 ACFE Report to the Nation on Occupational Fraud & Abuse”, (acesso em 11 de maio de 2010), [disponível em <http://www.acfe.com/documents/2006-rttn.pdf>].

BEAMAN, Arthur L., Bonnel KLENTZ, Edward DIENER, e Soren SVANUM (1979), “Self-Awareness and Transgression in Children: Two Field Studies”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 37 (10), 1835–46.

BECKER, Gary S. (1968), “Crime and Punishment: An Economic Approach”, *Journal of Political Economy*, 76 (2), 169–217.

BEM, Daryl J. (1972), “Self-Perception Theory”, em *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 6, Leonard Berkowitz, ed. New York: Academic Press, 1–62.

CAMPBELL, Ernest Q. (1964), “The Internalization of Moral Norms”, *Sociometry*, 27 (4), 391–412.

CASTILLO, Marco, Ragan PETRIE, Maximo TORERO e Angelino VICEISZA (2009), "Lost in the Mail: A Field Experiment on Crime", working paper, Experimental Economics Center, Andrew Young School of Policy Studies, Georgia State University.

COHEN, Mark A. (2000), "Measuring the Costs and Benefits of Crime and Justice", *Criminal Justice* 2000, 4, 263-315.

DE QUERVAIN, Dominique J.-F., Urs FISCHBACHER, Valerie TREYER, Melanie SCHELTHAMMER, Ulrich SCHNYDER, Alfred BUCK, e Ernst FEHR (2004), "The Neural Basis of Altruistic Punishment", *Science*, 305 (5688), 1254–58.

DICKERSON, Chris A., Ruth THIBODEAU, Elliot ARONSON e Dayna MILLER (1992), "Using Cognitive Dissonance to Encourage Water Conservation", *Journal of Applied Social Psychology*, 22(11), 841-54.

DILULIO, John J, Jr. (1996), "Help Wanted: Economists, Crime and Public Policy", *The Journal of Economic Perspectives*, 10 (1), 3-24.

DUVAL, Shelley e Robert A. WICKLUND (1972), "A Theory of Objective Self Awareness". New York: Academic Press.

ECKEI, Catherine C. (2008), "gender differences (experimental evidence)", *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Second Edition.

FENIGSTEIN, Allan e Michael P. LEVINE (1984), "Self-Attention, Concept Activation, and the Causal Self," *Journal of Experimental Social Psychology*, 20 (3), 231–45.

FISCHHOFF, Baruch e Ruth BEYTH (1975), "I Knew It Would Happen: Remembered Probabilities of Once-Future Things", *Organizational Behavior and Human Performance*, 13 (1), 1–16.

GLAESER, Edward L., Bruce SACERDOTE e Jose A. SCHEINKMAN (1996), "Crime and Social Interactions", *The Quarterly Journal of Economics*, 111 (2), 597-548.

GNEEZY, Uri (2005), "Deception: The Role of Consequences", *American Economic Review*, 95 (1), 384-94.

GOLDSTONE, Robert L. e Calvin CHIN (1993), "Dishonesty in Self-Report of Copies Made: Moral Relativity and the Copy Machine", *Basic and Applied Social Psychology*, 14 (1), 19–32.

GRASMICK, Harold G., Darlene JACOBS e Carol B. MC COLLOM (1983), "Social Class and Social Control: An Application of Deterrence Theory", *Social Forces*, 62 (2), 359-374.

GREENWALD, Anthony G. (1980), "The Totalitarian Ego: Fabrication and Revision of Personal History", *American Psychologist*, 35 (7), 603–618.

_____ (1997), "Self-Knowledge and Self-Deception: Further Consideration," in *The Mythomanias: The Nature of Deception and Self Deception*, Michael S. Myslobodsky, ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 51–71.

GRIFFIN, Dale W. e Lee ROSS (1991), "Subjective Construal, Social Inference, and Human Misunderstanding", em *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 24, Mark P. Zanna, ed. New York: Academic Press, 319–59.

HARRIS, Sandra L., Paul H. MUSSEN e Eldred RUTHERFORD (1976), "Some Cognitive, Behavioral, and Personality Correlates of Maturity of Moral Judgment", *Journal of Genetic Psychology*, 128 (1), 123–35.

HENRICH, Joseph, Robert BOYD, Samuel BOWLES, Colin CAMERER, Ernst FEHR, Herbert GINTIS, e Richard MCELREATH (2001), "In Search of Homo Economicus: Behavioral Experiments in 15 Small-Scale Societies", *American Economic Review*, 91 (2), 73–78.

HSEE, Christopher K., Fang YU, Jiao ZHANG e Yan ZHANG (2003), "Medium Maximization," *Journal of Consumer Research*, 30 (1), 1–14.

JOHN, Oliver P. e Richard W. ROBINS (1994), "Accuracy and Bias in Self-Perception: Individual Differences in Self-Enhancement and Role of Narcissism", *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(1), 206-219.

JOSEPHSON INSTITUTE OF ETHICS (2006), "Report Card on the Ethics of American Youth," (October 15), (acesso em 20 de março de 2010), [disponível em <http://www.josephsoninstitute.org/reportcard/>].

KNUTSON, Brian, Charles M. ADAMS, Grace W. FONG e Daniel HOMMER (2001), "Anticipation of Increasing Monetary Reward Selectively Recruits Nucleus Accumbens," *Journal of Neuroscience*, 21 (16), RC159 (1–5).

LAMMERS, Joris, Diederik A. STAPEL e Adam D. GALINSKY (2010), "Power Increases Hypocrisy: Moralizing in Reasoning, Immorality in Behavior", *Psychological Science*, XX (X), 1-8.

LIFTON, Robert J. (1986), "Reflections on Genocide", *Psychohistory Review*, 14 (3), 39–54.

MAZAR, Nina, e Dan ARIELY (2006), "Dishonesty in Everyday Life and Its Policy Implications", *American Marketing Association*, 25(1), 117-126.

MAZAR, Nina, On AMIR, e Dan ARIELY (2005), "(Dis)Honesty: A Combination of Internal and External Rewards", working paper, Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology.

_____, _____ e _____ (2008), "The Dishonesty of Honest People: A Theory of Self-Concept Maintenance", *Journal of Marketing Research*, XLV, 633-644.

MCCABE, Donald L. e Linda Klebe TREVINO (1993), "Academic Dishonesty: Honor Codes and Other Contextual Influences", *Journal of Higher Education*, 64 (5), 522–38.

_____ e _____ (1997), "Individual and Contextual Influences on Academic Dishonesty: A Multicampus Investigation", *Research in Higher Education*, 38 (3), 379–96.

_____, _____ e Kenneth D. Butterfield (2002), "Honor Codes and Other Contextual Influences on Academic Integrity: A Replication and Extension to Modified Honor Code Settings," *Research in Higher Education*, 43 (3), 357–78.

NAGIN, Daniel S. e Greg POGARSKY (2003), "An Experimental Investigation of Deterrence: Cheating, Self-Serving Bias, and Impulsivity", *Criminology*, 41(1), 167-94.

NORTH, Douglass C. e Barry R. WEINGAST (1989), "Constitutions and Commitment: The Evolution of Institutional Governing Public Choice in Seventeenth-Century England", *The Journal of Economic History*, 49 (4), 803-832

NORTON, Mike e Dan ARIELY (2005), "Self-Deception: How We Come to Believe We Are Better Than We Truly Are", working paper, Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology.

O'DOHERTY, John P., Ralf DEICHMANN, Hugo D. CRITCHLEY, e Raymond J. DOLAN (2002), "Neural Responses During Anticipation of a Primary Taste Reward", *Neuron*, 33 (5), 815-26.

PINA e CUNHA, Miguel e Carlos CABRAL-CARDOSO (2006), "Shades of Gray: A Liminal Interpretation of Organizational Legality-Illegality", *International Public Management Journal*, 9 (3), 209-225.

R Development Core Team (2009). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, URL <http://www.R-project.org>.

RILLING, James K., David A. GUTMAN, Thorsten R. ZEH, Giuseppe PAGNONI, Gregory S. BERNS, e Clinton D. KILTS (2002), "A Neural Basis for Social Cooperation", *Neuron*, 35 (2), 395-405.

SANITIOSO, Rasyid, Ziva KUNDA e Geoffrey T. FONG (1990), "Motivated Recruitment of Autobiographical Memories", *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (2), 229-41.

SCHWEITZER, Maurice E. e Christopher K. HSEE (2002), "Stretching the Truth: Elastic Justification and Motivated Communication of Uncertain Information", *Journal of Risk and Uncertainty*, 25 (2), 185-201.

SMITH, Adam [1996 (1776)], *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural.

STEFFENSMEIER, Darrell e Emilie ALLAN (1996), "Gender and Crime: Toward a Gendered Theory of Female Offending", *Annual Review of Sociology*, 22, 459-487.

TESSER, Abraham, Murray MILLAR e Janet MOORE (1988), "Some Affective Consequences of Social Comparison and Reflection Processes: The Pain and Pleasure of Being Close" *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (1), 49–61.

TRIVERS, Robert (2000), "The Elements of a Scientific Theory of Self-Deception" in *Evolutionary Perspectives on Human Reproductive Behavior*, Dori LeCroy and Peter Moller, eds. New York: New York Academy of Sciences, 114–31.

Apêndices

APÊNDICE A – ANÚNCIO DO EXPERIMENTO E AVISO NA ENTRADA DO ANFITEATRO.....	62
APÊNDICE B – EXPERIMENTO 1 (ROTEIRO).....	64
APÊNDICE C – TABELA PARA REGISTRO DAS MATRÍCULAS DOS VOLUNTÁRIOS.....	69
APÊNDICE D – AVISOS DENTRO DO ANFITEATRO.....	70
APÊNDICE E – TAREFA DE MEMÓRIA.....	71
APÊNDICE F – OS DEZ MANDAMENTOS.....	73
APÊNDICE G – TESTE MATEMÁTICO.....	74
APÊNDICE H – BOLETO DE COBRANÇA E BOLETO DE PAGAMENTO.....	80
APÊNDICE I – TABELA PARA REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS AOS VOLUNTÁRIOS NO EXPERIMENTO 1.....	81
APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	82
APÊNDICE L – EXPERIMENTO 2 (ROTEIRO).....	83
APÊNDICE M – EXPERIMENTO 2 (FOTOS).....	87
APÊNDICE N – EXPERIMENTO 3 (ROTEIRO).....	91
APÊNDICE O – AVISOS DAS URNAS 1 E 2.....	95
APÊNDICE P – PERFIL DOS ALUNOS VOLUNTÁRIOS (CURSO E ÀREA DO CONHECIMENTO).....	96
APÊNDICE Q – CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DO EXPERIMENTO.....	97

APÊNDICE A – ANÚNCIO DO EXPERIMENTO E AVISO NA ENTRADA DO ANFITEATRO

ATENÇÃO!

Precisamos de alunos voluntários para participar de uma **pesquisa** que será realizada no ICC **ANFITEATRO 07** no dia **25 de janeiro (terça-feira)**.

Além de contribuir para o desenvolvimento desse projeto, você terá a oportunidade de **GANHAR ATÉ R\$ 10,00**.

A pesquisa tem duração média de **20 minutos**.

Caso queira participar, escolha um dos horários listados abaixo e esteja entre os **vinte e cinco (25) primeiros voluntários** a comparecerem no local combinado.

12:00

16:00

13:00

17:00

14:00

18:00

15:00

19:00

Só é permitida **uma única participação por aluno**.
Necessário apresentação da **carteira estudantil**.

Aguardamos sua presença!

Priscila Furtado dos Santos
Programa de Pós-graduação *stricto sensu*

TURMA COMPLETA!

Por favor, aguarde o próximo horário:

12:00

16:00

13:00

17:00

14:00

18:00

15:00

19:00

Mantenha a porta fechada.

APÊNDICE B – EXPERIMENTO 1 (ROTEIRO)

Responsável: Priscila Furtado dos Santos (Fiscal 1)

Assistentes de Pesquisa: Erbelle Cindy Araújo Macêdo (Fiscal 2); Danilo Furtado dos Santos (Fiscal 3) e Mariana da Silva Mororó (Fiscal 4).

Local: Universidade de Brasília, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, ICC, Ala Sul, Anfiteatro 7.

Data: 25/01/2011

Horário: 10h – 18h

Quantidade de voluntários: 200 alunos da UnB

Roteiro

[Dois fiscais (Fiscal 1 e Fiscal 2) ficaram dentro do anfiteatro para organizar os formulários nas carteiras e verificar previamente se todas as canetas fornecidas estavam funcionando]

[Antes de iniciar o experimento, o Fiscal 3 que estava na entrada do anfiteatro organizava, em uma fila, os vinte e cinco (25) primeiros voluntários que chegassem; lembrando-os de que era necessária a apresentação da carteira estudantil e pedindo que os alunos mantivessem esse documento em mãos para agilizar a entrada. O Fiscal 4, que estava na antessala do anfiteatro, anotava apenas a matrícula dos alunos e depois permitia que eles entrassem no anfiteatro e escolhessem onde iriam se sentar.]

Dentro do anfiteatro, o Fiscal 2 informava:

Bom dia. Vocês podem se sentar em qualquer carteira que tenha envelope.

Por favor, não mexam nos formulários que estão nas carteiras. Só poderão fazer isso quando for dada autorização.

Depois que os alunos já estavam sentados e a porta do anfiteatro estava fechada, o Fiscal 1 dizia:

Bom dia. Meu nome é Priscila Furtado dos Santos. Sou aluna de Pós-graduação da UnB e responsável pela pesquisa.

Obrigada por se voluntariarem e contribuírem para o desenvolvimento desse projeto.

Conforme informado no anúncio, por participarem, vocês poderão ganhar até R\$ 10,00. Isso vai depender do desempenho de vocês na 2º tarefa que será realizada logo mais.

O tempo médio de duração da pesquisa é de 20 minutos.

Só é permitida uma participação por aluno. Então essa é a única vez que vocês poderão participar. Foi solicitada a apresentação da carteira estudantil na entrada apenas para evitar que algum voluntário participe mais de uma vez.

No entanto, essa pesquisa é anônima. Não é permitido que vocês façam qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários que receberem. Em todos os formulários, haverá apenas o meu nome (Priscila Furtado dos Santos), já que sou a responsável pela pesquisa.

Durante o estudo, não é permitida nenhuma interação entre os participantes. As atividades devem ser realizadas individualmente. Por isso foi escrito “SILÊNCIO” no quadro. Permanecer em silêncio até que vocês saiam do anfiteatro é essencial para a realização dessa pesquisa, ok? Por favor, colaborem.

Tudo que for preciso para realizar a pesquisa já foi previamente distribuído, inclusive uma caneta. Portanto, deixem todo o material pessoal ao lado da carteira. Por favor, deixem os celulares no modo “silencioso” para não atrapalhar a concentração dos demais.

Gostaria de pedir também que vocês não comentassem com os futuros participantes sobre a dinâmica do estudo (as etapas, todo o processo). Assim todos os participantes vão estar nas mesmas condições: não terão nenhum conhecimento prévio a respeito das atividades que serão realizadas.

Bom, todas as informações necessárias quanto à participação nesse estudo foram repassadas agora. Serão dadas mais informações – como, por exemplo, objetivo da pesquisa e Departamento responsável – quando o estudo for concluído, por meio do site da UnB, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

Tarefa de Memória

Como vocês podem ver, em cima da carteira de cada um, tem uma folha com o verso em branco voltado para cima. Não desviem ainda, por favor, apenas retirem o clipe.

Essa é a 1ª atividade que vocês irão realizar, uma tarefa simples de memória. Somente na 2ª tarefa, que será realizada logo mais, que vocês terão oportunidade de ganhar até R\$ 10,00.

Essa tarefa de memória consiste em escrever até 10 itens do que está sendo pedido no enunciado. São 10 coisas de uma mesma categoria, de forma objetiva. Vocês terão 2 minutos cronometrados para realizá-la. Ao meu sinal, vocês irão desvirar a folha e iniciar a atividade. Vou avisar quando os 2 minutos tiverem acabado e, imediatamente, vocês deverão parar de escrever. Se concluírem a atividade antes dos 2 minutos, por favor, permaneçam sentados na carteira, aguardando o início da próxima atividade, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava zerado]
Podem começar! [O Fiscal 1 iniciava o cronômetro]

Depois de 2 minutos:

O tempo acabou! Parem de escrever, por favor.

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava marcando 2 minutos]

Etapa 1

*Vamos passar agora para a 2ª atividade. Em cima da carteira de cada um, tem 2 envelopes. Por favor, peguem o envelope **pardo**, mas não abram ainda. Dentro do envelope, há um formulário de 3 folhas, com um total de 20 tabelas. Cada tabela tem 12 números de 3 dígitos.*

Assim como aconteceu na tarefa de memória, no enunciado dessa atividade tem o comando do que vocês deverão fazer. As informações fornecidas são suficientes para realizar essa tarefa.

Para cada tabela que vocês resolverem corretamente, conforme o que está sendo pedido, ganharão R\$ 0,50. Se resolverem corretamente as 20 tabelas, 20 x R\$ 0,50, ganharão R\$ 10,00, que é o máximo que vocês podem ganhar. E assim por diante...

Vocês terão 5 minutos cronometrados para realizar essa atividade. Ao meu sinal, vocês irão abrir o envelope pardo, tirar o formulário e iniciar a tarefa. Vou avisar quando os 5 minutos tiverem acabado e, imediatamente, vocês deverão parar de escrever. Se concluírem a atividade antes dos 5 minutos, por favor, permaneçam sentados na carteira, aguardando as próximas informações, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava zerado]
Podem começar! [O Fiscal 1 iniciava o cronômetro]

Depois de 5 minutos:

O tempo acabou! Parem de escrever, por favor.

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava marcando 5 minutos]

*Por favor, peguem o envelope **branco** que está em cima da carteira. Dentro desse envelope, há um boleto de cobrança. Vocês irão contar no formulário de 3 folhas a quantidade de tabelas que vocês resolveram corretamente, ou seja, a quantidade de tabelas em que vocês encontraram e circularam corretamente os dois números únicos que quando somados davam resultado exatamente igual a 10. Depois, vocês irão preencher o boleto de cobrança, escrevendo o número de tabelas resolvidas corretamente no espaço indicado.*

Como a mesma pesquisa será realizada com outros grupos de alunos, os formulários contendo as 20 tabelas não poderão sair deste anfiteatro em hipótese alguma. Portanto, depois que vocês preencherem o boleto de cobrança, as folhas da 2º tarefa devem ser descartadas na lixeira de coleta seletiva que está no canto superior direito do anfiteatro [O Fiscal 1 apontou para a lixeira de coleta seletiva]. Posteriormente, esse material será reciclado. Mais uma vez, gostaria de lembrá-los que não é permitido que vocês façam qualquer assinatura ou marca identificadora nessas folhas.

Depois que preencherem o boleto de cobrança, vocês vão levantar da carteira, um por vez, em ordem, carregando todo o material que receberam: os 2 envelopes contendo seus respectivos formulários e a folha da 1º tarefa de memória com o verso em branco voltado para cima, fora do envelope. Irão formar uma fila no corredor à direita, para descartar as folhas da 2º tarefa (com as 20 tabelas) na lixeira de coleta seletiva e depois formar outra fila para receber o pagamento. Na antessala do anfiteatro, onde vocês informaram as matrículas, haverá dois fiscais (Fiscal 3 e Fiscal 4) responsáveis por fazer o pagamento com base no que foi escrito no boleto de cobrança. Cada um que entrar na sala de pagamento, deverá entregar ao fiscal o envelope branco pequeno contendo o boleto de cobrança preenchido e a folha da tarefa de memória, a 1º atividade. Ele verá o número que vocês escreveram no boleto de cobrança e pagará R\$ 0,50 por tabela resolvida corretamente.

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

Agora podem contar no formulário de 3 folhas a quantidade de tabelas que vocês resolveram corretamente e preencher o boleto de cobrança em silêncio. Depois coloquem tudo novamente dentro dos respectivos envelopes (tabelas no envelope pardo e boleto de cobrança no envelope branco). Formem uma fila para descartar as folhas da 2ª tarefa e depois outra para receber o pagamento. Por favor, deixem as canetas em cima da carteira. Lembrando, mais uma vez, que não é permitida nenhuma interação entre os participantes até que vocês tenham saído do anfiteatro. Vou aguardá-los ao lado da lixeira.

[O Fiscal 1 ficava ao lado da lixeira de coleta seletiva para assegurar que todos iriam descartar as folhas da 2º tarefa (com as 20 tabelas) e depois recolhia os envelopes pardos vazios e cliques. O Fiscal 2, que estava dentro do anfiteatro, perto da porta da antessala, organizava a fila para recebimento do pagamento]

Etapa 2

[Dois alunos por vez entravam na antessala do anfiteatro, onde seria feito o pagamento. Cada voluntário devolvia ao fiscal (Fiscal 3 ou Fiscal 4) o envelope contendo o boleto de cobrança preenchido e a folha da tarefa de memória. O fiscal via o número de tabelas que afirmaram ter resolvido corretamente (o número que escreveram no boleto de cobrança) e pagava R\$0,50 por resposta certa. Porém, antes de receber o pagamento, o aluno *preenchia* rapidamente o questionário

socioeconômico. Depois de finalizar o pagamento, o fiscal tinha que grampear o boleto de cobrança, o questionário socioeconômico respondido e a folha da tarefa de memória.]

[Depois que todos os voluntários tinham saído do anfiteatro, o Fiscal 1 recolhia os formulários com as 20 tabelas da lixeira de coleta seletiva e os colocava em ordem de numeração. Os fiscais responsáveis pelo pagamento (Fiscal 3 e Fiscal 4) também organizavam pela numeração os boletos de pagamento, questionários socioeconômicos e tarefas de memória que estavam grampeados.]

APÊNDICE C – TABELA PARA REGISTRO DAS MATRÍCULAS DOS VOLUNTÁRIOS**Responsável:** Fiscal 4

*Na entrada do auditório, solicitar apresentação da carteira estudantil e anotar apenas a **MATRÍCULA***

	14:00	15:00	16:00	17:00
1	26	51	76	
2	27	52	77	
3	28	53	78	
4	29	54	79	
5	30	55	80	
6	31	56	81	
7	32	57	82	
8	33	58	83	
9	34	59	84	
10	35	60	85	
11	36	61	86	
12	37	62	87	
13	38	63	88	
14	39	64	89	
15	40	65	90	
16	41	66	91	
17	42	67	92	
18	43	68	93	
19	44	69	94	
20	45	70	95	
21	46	71	96	
22	47	72	97	
23	48	73	98	
24	49	74	99	
25	50	75	100	

LEMBRETES

Aguardar a autorização do fiscal para desvirar as folhas ou abrir os envelopes;

A pesquisa é anônima. Não é permitido fazer qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários;

Durante a realização da pesquisa, não é permitida nenhuma interação entre os participantes.

APÊNDICE E – TAREFA DE MEMÓRIA**Tarefa de Memória – 10 Livros**

Responsável: Priscila Furtado dos Santos – 09/82xxx

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação *stricto sensu*

Parte I

Duração: 2 minutos

Escreva os títulos de dez (10) livros que você tenha lido durante o ensino médio

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

Tarefa de Memória – Dez Mandamentos

Responsável: Priscila Furtado dos Santos – 09/82xxx

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação *stricto sensu*

Parte I

Duração: 2 minutos

Escreva o máximo que você conseguir se lembrar dos Dez Mandamentos

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

APÊNDICE F – OS DEZ MANDAMENTOS

1. “Eu sou Jeová, teu Deus... Não deves ter quaisquer outros deuses em oposição à minha pessoa.
2. “Não deves fazer para ti imagem esculpida nem semelhança alguma do que há nos céus em cima, ou do que há na terra embaixo, ou do que há nas águas abaixo da terra. Não te deves curvar diante delas, nem ser induzido a servi-las...
3. “Não deves tomar o nome de Jeová, teu Deus, dum modo fútil...
4. “Lembrando o dia de sábado para o manteres sagrado deves prestar serviço e tens de fazer toda a tua obra por seis dias. Mas o sétimo dia é um sábado para Jeová, teu Deus. Não deves fazer nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha...
5. “Honra a teu pai e a tua mãe, a fim de que os teus dias se prolonguem sobre o solo que Jeová, teu Deus, te dá”.
 6. “Não deves assassinar.
 7. “Não deves cometer adultério.
 8. “Não deves furtar.
 9. “Não deves testificar uma falsidade contra o teu próximo.
10. “Não deves desejar [cobiçar] a casa do teu próximo. Não deves desejar [cobiçar] a esposa do teu próximo, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu touro, nem seu jumento, nem qualquer coisa que pertença ao teu próximo.”

Fonte: *Êxodo 20:2-17*, Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas, publicada pela Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, Brasil. Tradução da versão inglesa de 1984 mediante consulta ao antigo texto hebraico, aramaico e grego – Revisão de 1986.

APÊNDICE G – TESTE MATEMÁTICO

Responsável: Priscila Furtado dos Santos – 09/82xxx

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação *stricto sensu*

Parte II

Duração: 5 minutos

Em cada uma das vinte (20) tabelas, circule os dois (2) únicos números cuja soma é exatamente igual a dez (10)

Tabela 1	4.77	6.40	5.23
	1.69	4.55	9.31
	8.98	4.99	8.59
	5.70	2.14	3.18

Tabela 2	7.09	3.47	1.00
	3.96	1.78	0.24
	4.79	8.51	2.65
	1.57	2.22	1.49

Tabela 3	0.13	0.83	7.55
	3.14	5.87	1.95
	4.65	8.71	4.75
	2.45	4.28	3.62

Tabela 4	3.45	1.38	1.25
	0.18	3.99	0.58
	8.97	8.82	3.02
	3.93	9.42	9.61

Tabela 5	4.74	4.29	5.99
	2.19	1.91	1.75
	7.48	5.87	8.80
	5.81	8.69	4.19

Tabela 6	2.96	4.83	8.47
	4.67	7.04	0.84
	4.50	9.75	2.97
	4.25	6.95	7.47

Tabela 7	2.75	3.49	8.53
	0.35	1.48	9.88
	4.93	6.46	9.65
	9.78	9.38	5.34

Tabela 8	4.53	6.74	7.27
	9.16	2.21	8.55
	3.92	3.26	3.14
	2.53	9.35	0.41

Tabela 9	8.09	6.46	6.61
	5.24	6.09	1.91
	1.84	0.70	7.09
	0.01	2.98	7.78

Tabela 10	2.84	7.56	6.60
	3.86	9.17	2.95
	1.13	9.73	2.78
	0.83	6.03	9.98

Tabela 11	8.82	4.27	9.85
	9.71	4.80	3.78
	5.52	7.79	4.72
	1.34	5.55	0.15

Tabela 12	0.36	1.99	6.48
	8.01	5.16	3.39
	9.74	2.82	4.58
	2.00	9.19	3.26

Tabela 13	3.67	3.39	5.33
	0.49	9.22	4.54
	5.46	0.17	1.08
	3.03	5.72	2.98

Tabela 14	4.49	4.56	6.73
	5.30	2.27	5.34
	2.88	0.77	6.40
	2.74	3.60	9.34

Tabela 15	2.72	8.79	0.81
	6.13	6.02	3.18
	6.52	1.03	8.95
	7.28	3.61	7.72

Tabela 16	7.77	9.10	3.94
	7.44	7.91	8.51
	9.59	6.06	0.99
	6.53	4.06	6.61

Tabela 17	6.50	3.62	0.31
	3.60	6.19	5.92
	2.83	0.65	6.13
	9.12	0.38	7.17

Tabela 18	2.98	4.02	3.97
	4.80	1.62	4.65
	5.98	7.85	7.70
	4.34	9.97	2.46

Tabela 19	3.83	4.83	8.74
	8.13	5.92	6.37
	6.63	4.40	1.87
	0.62	6.78	1.43

Tabela 20	3.16	9.76	8.33
	8.70	3.82	6.36
	2.67	8.20	2.40
	8.27	6.18	0.10

Gabarito do Teste Matemático

Responsável: Priscila Furtado dos Santos – 09/82xxx

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação *stricto sensu*

Parte II

Duração: 5 minutos

Em cada uma das vinte (20) tabelas, circule os dois (2) únicos números cuja soma é exatamente igual a dez (10)

Tabela 1	4.77	6.40	5.23
	1.69	4.55	9.31
	8.98	4.99	8.59
	5.70	2.14	3.18

Tabela 2	7.09	3.47	1.00
	3.96	1.78	0.24
	4.79	8.51	2.65
	1.57	2.22	1.49

Tabela 3	0.13	0.83	7.55
	3.14	5.87	1.95
	4.65	8.71	4.75
	2.45	4.28	3.62

Tabela 4	3.45	1.38	1.25
	0.18	3.99	0.58
	8.97	8.82	3.02
	3.93	9.42	9.61

Tabela 5	4.74	4.29	5.99
	2.19	1.91	1.75
	7.48	5.87	8.80
	5.81	8.69	4.19

Tabela 6	2.96	4.83	8.47
	4.67	7.04	0.84
	4.50	9.75	2.97
	4.25	6.95	7.47

Tabela 7	2.75	3.49	8.53
	0.35	1.48	9.88
	4.93	6.46	9.65
	9.78	9.38	5.34

Tabela 8	4.53	6.74	7.27
	9.16	2.21	8.55
	3.92	3.26	3.14
	2.53	9.35	0.41

Tabela 9	8.09	6.46	6.61
	5.24	6.09	1.91
	1.84	0.70	7.09
	0.01	2.98	7.78

Tabela 10	2.84	7.56	6.60
	3.86	9.17	2.95
	1.13	9.73	2.78
	0.83	6.03	9.98

Tabela 11	8.82	4.27	9.85
	9.71	4.80	3.78
	5.52	7.79	4.72
	1.34	5.55	0.15

Tabela 12	0.36	1.99	6.48
	8.01	5.16	3.39
	9.74	2.82	4.58
	2.00	9.19	3.26

Tabela 13	3.67	3.39	5.33
	0.49	9.22	4.54
	5.46	0.17	1.08
	3.03	5.72	2.98

Tabela 14	4.49	4.56	6.73
	5.30	2.27	5.34
	2.88	0.77	6.40
	2.74	3.60	9.34

Tabela 15

2.72	8.79	0.81
6.13	6.02	3.18
6.52	1.03	8.95
7.28	3.61	7.72

Tabela 16

7.77	9.10	3.94
7.44	7.91	8.51
9.59	6.06	0.99
6.53	4.06	6.61

Tabela 17

6.50	3.62	0.31
3.60	6.19	5.92
2.83	0.65	6.13
9.12	0.38	7.17

Tabela 18

2.98	4.02	3.97
4.80	1.62	4.65
5.98	7.85	7.70
4.34	9.97	2.46

Tabela 19

3.83	4.83	8.74
8.13	5.92	6.37
6.63	4.40	1.87
0.62	6.78	1.43

Tabela 20

3.16	9.76	8.33
8.70	3.82	6.36
2.67	8.20	2.40
8.27	6.18	0.10

APÊNDICE H – BOLETO DE COBRANÇA E BOLETO DE PAGAMENTO

<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> Priscila Furtado dos Santos - 09/82xxx</p> <p>Boleto de Cobrança</p> <p><u>Número de tabelas resolvidas corretamente:</u></p> <input type="text"/>	<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> Priscila Furtado dos Santos - 09/82xxx</p> <p>Boleto de Cobrança</p> <p><u>Número de tabelas resolvidas corretamente:</u></p> <input type="text"/>
<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> Priscila Furtado dos Santos - 09/82xxx</p> <p>Boleto de Pagamento</p> <p><u>Número de moedas retiradas do pote:</u></p> <input type="text"/>	<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> Priscila Furtado dos Santos - 09/82xxx</p> <p>Boleto de Pagamento</p> <p><u>Número de moedas retiradas do pote:</u></p> <input type="text"/>

APÊNDICE I – TABELA PARA REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS AOS VOLUNTÁRIOS NO EXPERIMENTO 1**Responsáveis:** Fiscal 3 e Fiscal 4

Tabelas resolvidas*	Pagamento (R\$)
1	0,50
2	1,00
3	1,50
4	2,00
5	2,50
6	3,00
7	3,50
8	4,00
9	4,50
10	5,00
11	5,50
12	6,00
13	6,50
14	7,00
15	7,50
16	8,00
17	8,50
18	9,00
19	9,50
20	10,00

* A mesma lógica foi usada para realizar os pagamentos no Experimento 2, mas ao invés de ser feito com base no número de tabelas resolvidas, considerou-se o número de fichas recebidas.

APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i></p> <p>Responsável: Priscila Furtado dos Santos</p> <p>Questionário Socioeconômico</p> <p><u>Marque a opção que se aplica ao seu caso</u></p> <p>1. Sexo:</p> <p>() Feminino () Masculino</p> <p>2. Renda mensal familiar na sua residência:</p> <p>() até R\$ 510,00 () entre R\$ 510,00 e R\$ 1.020,00 () entre R\$ 1.020,00 e R\$ 2.550,00 () entre R\$ 2.550,00 e R\$ 5.100,00 () entre R\$ 5.100,00 e R\$ 10.200,00 () entre R\$ 10.200,00 e R\$ 15.300,00 () entre R\$ 15.300,00 e R\$ 25.500,00 () mais de R\$ 25.500,00</p> <p>3. Número de pessoas sustentadas com a renda familiar (incluindo você):</p> <p>() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () _____</p> <p>4. Que curso você faz na UnB? R: _____</p>	<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i></p> <p>Responsável: Priscila Furtado dos Santos</p> <p>Questionário Socioeconômico</p> <p><u>Marque a opção que se aplica ao seu caso</u></p> <p>1. Sexo:</p> <p>() Feminino () Masculino</p> <p>2. Renda mensal familiar na sua residência:</p> <p>() até R\$ 510,00 () entre R\$ 510,00 e R\$ 1.020,00 () entre R\$ 1.020,00 e R\$ 2.550,00 () entre R\$ 2.550,00 e R\$ 5.100,00 () entre R\$ 5.100,00 e R\$ 10.200,00 () entre R\$ 10.200,00 e R\$ 15.300,00 () entre R\$ 15.300,00 e R\$ 25.500,00 () mais de R\$ 25.500,00</p> <p>3. Número de pessoas sustentadas com a renda familiar (incluindo você):</p> <p>() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () _____</p> <p>4. Que curso você faz na UnB? R: _____</p>
---	---

APÊNDICE L – EXPERIMENTO 2 (ROTEIRO)

Responsável: Priscila Furtado dos Santos (Fiscal 1)

Assistentes de Pesquisa: Érica Lima Ambrósio (Fiscal 2); Danilo Furtado dos Santos (Fiscal 3) e Mariana da Silva Mororó (Fiscal 4).

Local: Universidade de Brasília, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, ICC, Ala Norte, Anfiteatro 19.

Data: 28/01/2011

Horário: 10h – 18h

Quantidade de voluntários: 100 alunos da UnB

Roteiro

[Dois fiscais (Fiscal 1 e Fiscal 2) ficaram dentro do anfiteatro para organizar os formulários nas carteiras e verificar previamente se todas as canetas fornecidas estavam funcionando]

[Antes de iniciar o experimento, o Fiscal 3 que estava na entrada do anfiteatro organizava, em uma fila, os vinte e cinco (25) primeiros voluntários que chegassem; lembrando-os de que era necessária a apresentação da carteira estudantil e pedindo que os alunos mantivessem esse documento em mãos para agilizar a entrada. O Fiscal 4, que estava na antessala do anfiteatro, anotava apenas a matrícula dos alunos e depois permitia que eles entrassem no anfiteatro e escolhessem onde iriam se sentar.]

Dentro do anfiteatro, o Fiscal 2 informava:

Bom dia. Vocês podem se sentar em qualquer carteira que tenha envelope.

Por favor, não mexam nos formulários que estão nas carteiras. Só poderão fazer isso quando for dada autorização.

Depois que os alunos já estavam sentados e a porta do anfiteatro estava fechada, o Fiscal 1 dizia:

Bom dia. Meu nome é Priscila Furtado dos Santos. Sou aluna de Pós-graduação da UnB e responsável pela pesquisa.

Obrigada por se voluntariarem e contribuírem para o desenvolvimento desse projeto.

Conforme informado no anúncio, por participarem, vocês poderão ganhar até R\$ 10,00. Isso vai depender do desempenho de vocês na tarefa que será realizada logo mais.

O tempo médio de duração da pesquisa é de 20 minutos.

Só é permitida uma participação por aluno. Então essa é a única vez que vocês poderão participar. Foi solicitada a apresentação da carteira estudantil na entrada apenas para evitar que algum voluntário participe mais de uma vez.

No entanto, essa pesquisa é anônima. Não é permitido que vocês façam qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários que receberem. Em todos os formulários, haverá apenas o meu nome (Priscila Furtado dos Santos), já que sou a responsável pela pesquisa.

Durante o estudo, não é permitida nenhuma interação entre os participantes. As atividades devem ser realizadas individualmente. Por isso foi escrito “SILÊNCIO” no quadro. Permanecer em silêncio até que vocês saiam do anfiteatro é essencial para a realização dessa pesquisa, ok? Por favor, colaborem.

Tudo que for preciso para realizar a pesquisa já foi previamente distribuído, inclusive uma caneta. Portanto, deixem todo o material pessoal ao lado da carteira. Por favor, deixem os celulares no modo “silencioso” para não atrapalhar a concentração dos demais.

Gostaria de pedir também que vocês não comentassem com os futuros participantes sobre a dinâmica do estudo (as etapas, todo o processo). Assim todos os participantes vão estar nas mesmas condições: não terão nenhum conhecimento prévio a respeito das atividades que serão realizadas.

Bom, todas as informações necessárias quanto à participação nesse estudo foram repassadas agora. Serão dadas mais informações – como, por exemplo, objetivo da pesquisa e Departamento responsável – quando o estudo for concluído, por meio do site da UnB, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

Etapa 1

Como vocês podem ver, em cima da carteira de cada um, tem um envelope pardo. Não abram ainda, por favor, apenas retirem o clipe. Dentro do envelope, há um formulário de 3 folhas, com um total de 20 tabelas. Cada tabela tem 12 números de 3 dígitos.

Assim como aconteceu na tarefa de memória, no enunciado dessa atividade tem o comando do que vocês deverão fazer. As informações fornecidas são suficientes para realizar essa tarefa.

Para cada tabela que vocês resolverem corretamente, conforme o que está sendo pedido, ganharão R\$ 0,50. Se resolverem corretamente as 20 tabelas, 20 x R\$ 0,50, ganharão R\$ 10,00, que é o máximo que vocês podem ganhar. E assim por diante...

Vocês terão 5 minutos cronometrados para realizar essa atividade. Ao meu sinal, vocês irão abrir o envelope pardo, tirar o formulário e iniciar a tarefa. Vou avisar quando os 5 minutos tiverem acabado e, imediatamente, vocês deverão parar de escrever. Se concluírem a atividade antes dos 5 minutos, por favor, permaneçam

sentados na carteira, aguardando as próximas informações, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava zerado]
Podem começar! [O Fiscal 1 iniciava o cronômetro]

Depois de 5 minutos:

O tempo acabou! Parem de escrever, por favor.

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava marcando 5 minutos]

*Por favor, peguem o envelope **branco** que está em cima da carteira. Dentro desse envelope, há um boleto de cobrança. Vocês irão contar no formulário de 3 folhas a quantidade de tabelas que vocês resolveram corretamente, ou seja, a quantidade de tabelas em que vocês encontraram e circularam corretamente os dois números únicos que quando somados davam resultado exatamente igual a 10. Depois, vocês irão preencher o boleto de cobrança, escrevendo o número de tabelas resolvidas corretamente no espaço indicado.*

Como a mesma pesquisa será realizada com outros grupos de alunos, os formulários contendo as 20 tabelas não poderão sair deste anfiteatro em hipótese alguma. Portanto, depois que vocês preencherem o boleto de cobrança, as folhas com as 20 tabelas devem ser descartadas na lixeira de coleta seletiva que está no corredor central. Posteriormente, esse material será reciclado. Mais uma vez, gostaria de lembrá-los que não é permitido que vocês façam qualquer assinatura ou marca identificadora nessas folhas.

Depois que preencherem o boleto de cobrança, vocês vão levantar da carteira, um por vez, em ordem, carregando todo o material que receberam: o formulário com as 20 tabelas dentro do envelope pardo e o boleto de cobrança preenchido dentro do envelope branco. Irão descartar o formulário com as 20 tabelas na lixeira de coleta seletiva e, seguindo as setas vermelhas que estão grudadas no chão aqui na frente da sala, irão formar uma fila ao lado da carteira onde está a fiscal [O Fiscal 2 estava sentado em uma carteira à frente do quadro negro do anfiteatro]. Vocês deverão entregar para ela o envelope contendo o boleto de cobrança preenchido. Ela verá o número que vocês escreveram no boleto de cobrança e dará uma ficha por cada tabela que vocês resolveram corretamente. São fichas coloridas que têm o mesmo valor: uma ficha corresponde a uma tabela e assim por diante. [O Fiscal 1 mostrou as fichas].

Depois, com as fichas já dentro do mesmo envelope branco, vocês continuarão seguindo as setas vermelhas que estão grudadas no chão do corredor à direita, em direção à saída, e formar outra fila para receber o pagamento. Na antessala do anfiteatro, onde vocês informaram as matrículas, haverá dois fiscais (Fiscal 3 e Fiscal 4) responsáveis por fazer o pagamento com base no número de fichas e

trocará cada ficha por moedas de R\$ 0,50.

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

Agora podem contar no formulário de 3 folhas o número de tabelas que vocês resolveram corretamente e preencher o boleto de cobrança em silêncio. Depois colocuem tudo novamente dentro dos respectivos envelopes (tabelas no envelope pardo e boleto de cobrança no envelope branco). Formem uma fila para descartar as folhas com as tabelas e depois outra para receber as fichas. Por favor, deixem as canetas em cima da carteira. Lembrando, mais uma vez, que não é permitida nenhuma interação entre os participantes até que vocês tenham saído do anfiteatro. Permaneçam em silêncio.

[O Fiscal 1 ficava ao lado da lixeira de coleta seletiva para assegurar que todos iriam descartar o formulário com as 20 tabelas; recolhia os envelopes pardos vazios e cliques; e organizava a fila para recebimento das fichas, ao lado da carteira onde o Fiscal 2 estava sentado]

Etapa 2

[Os voluntários entregavam ao Fiscal 2 o envelope contendo o boleto de cobrança preenchido. O fiscal via o número de tabelas que afirmaram ter resolvido corretamente (o número que escreveram no boleto de cobrança) e dava uma ficha por resposta certa. O fiscal colocava as fichas e o boleto de cobrança dentro do envelope e devolvia ao participante.]

[Os voluntários pegavam o envelope contendo as fichas e o boleto de cobrança e formavam outra fila perto da porta da antessala, onde seria feito o pagamento.]

Fichas

[Dois alunos por vez entravam na antessala do anfiteatro para receberem o pagamento correspondente em dinheiro. Cada voluntário devolvia ao fiscal (Fiscal 3 ou Fiscal 4) o envelope contendo o boleto de cobrança preenchido e as fichas. O fiscal contava o número de fichas que receberam e trocava cada ficha por R\$0,50. Porém, antes de receber o pagamento, o aluno *preenchia* rapidamente o questionário socioeconômico. Depois de finalizar o pagamento, o fiscal tinha que grampear o boleto de cobrança e o questionário socioeconômico respondido.]

[Depois que todos os voluntários tinham saído do anfiteatro, o Fiscal 1 recolhia os formulários com as 20 tabelas da lixeira de coleta seletiva e os colocava em ordem de numeração. Os fiscais responsáveis pelo pagamento (Fiscal 3 e Fiscal 4) também organizavam pela numeração os boletos de pagamento e questionários socioeconômicos que estavam grampeados e devolviam as fichas para o Fiscal 2.]

APÊNDICE M – EXPERIMENTO 2 (FOTOS)

Responsável: Priscila Furtado dos Santos (Fiscal 1)

Assistentes de Pesquisa: Érica Lima Ambrósio (Fiscal 2); Danilo Furtado dos Santos (Fiscal 3) e Mariana da Silva Mororó (Fiscal 4)

Local: Universidade de Brasília, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, ICC, Ala Norte, Anfiteatro 19.

Data: 28/01/2011

Horário: 10h – 18h

Crédito das fotos: Érica Ambrósio

Foto 1. Entrada para a antessala do Anfiteatro 19



Na foto: Danilo Furtado, Priscila Furtado e Mariana Mororó.

Foto 2. Anúncio na porta do Anfiteatro 19

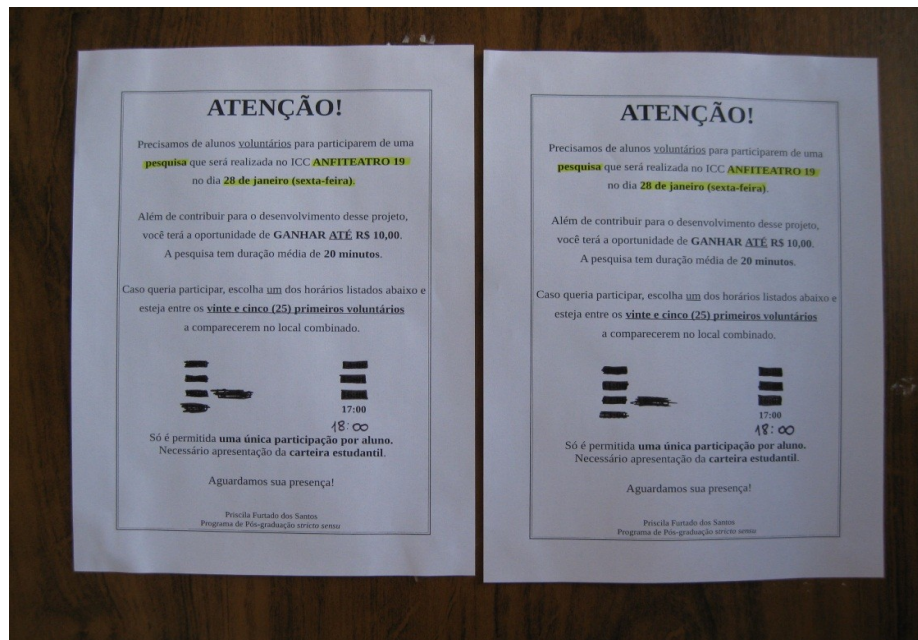


Foto 3. Anfiteatro 19, após passar pela antessala.



Na frente da sala do anfiteatro, o Fiscal 1 ficava sentado na carteira mais próxima da lixeira para coleta seletiva, para assegurar que os voluntários iriam descartar as folhas do teste matemático. O Fiscal 2 ficava sentado na outra carteira, mais próxima do quadro negro, para fazer o pagamento em fichas aos voluntários, segundo o desempenho que haviam declarado no boleto de cobrança.

Foto 4. Anfiteatro 19. No canto esquerdo superior da foto, porta da antessala.



Os voluntários poderiam escolher sentar em qualquer carteira que tivesse com material (dois envelopes presos ao mesmo clipe e uma caneta esferográfica azul). Cada carteira ocupada ficava entre outras duas carteiras vazias, para impedir que os alunos se comunicassem ou interagissem durante a realização do experimento.

Foto 5. Anfiteatro 19, canto inferior esquerdo.



Lixeira de coleta seletiva no corredor central, onde os voluntários deveriam descartar as folhas do teste matemático. Seta vermelha grudada no chão a fim de indicar a direção que os voluntários deveriam seguir – após descartarem o formulário na lixeira – para solicitarem suas fichas ao Fiscal 2.

APÊNDICE N – EXPERIMENTO 3 (ROTEIRO)

Responsável: Priscila Furtado dos Santos (Fiscal 1)

Assistentes de Pesquisa: Érica Lima Ambrósio (Fiscal 2); Danilo Furtado dos Santos (Fiscal 3) e Mariana da Silva Mororó (Fiscal 4).

Local: Universidade de Brasília, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, ICC, Ala Norte, Anfiteatro 14.

Datas: 02/02/2011 e 04/02/2011

Horário: 08h – 12h

Quantidade de voluntários: 100 alunos da UnB

Roteiro

[O Fiscal 1 ficava dentro do anfiteatro para organizar os formulários nas carteiras e verificar previamente se todas as canetas fornecidas estavam funcionando. O Fiscal 2 contava e registrava quantas moedas havia inicialmente dentro do pote de vidro.]

[Antes de iniciar o experimento, o Fiscal 3 que estava na entrada do anfiteatro organizava, em uma fila, os vinte e cinco (25) primeiros voluntários que chegassem; lembrando-os de que era necessária a apresentação da carteira estudantil e pedindo que os alunos mantivessem esse documento em mãos para agilizar a entrada. O Fiscal 4, que estava na antessala do anfiteatro, anotava apenas a matrícula dos alunos e depois permitia que eles entrassem no anfiteatro e escolhessem onde iriam se sentar.]

Dentro do anfiteatro, o Fiscal 2 informava:

Bom dia. Vocês podem se sentar em qualquer carteira que tenha envelope.

Por favor, não mexam nos formulários que estão nas carteiras. Só poderão fazer isso quando for dada autorização.

Depois que os alunos já estavam sentados e a porta do anfiteatro estava fechada, o Fiscal 1 dizia:

Bom dia. Meu nome é Priscila Furtado dos Santos. Sou aluna de Pós-graduação da UnB e responsável pela pesquisa.

Obrigada por se voluntariarem e contribuírem para o desenvolvimento desse projeto.

Conforme informado no anúncio, por participarem, vocês poderão ganhar até R\$ 10,00. Isso vai depender do desempenho de vocês na tarefa que será realizada logo mais.

O tempo médio de duração da pesquisa é de 20 minutos.

Só é permitida uma participação por aluno. Então essa é a única vez que vocês poderão participar. Foi solicitada a apresentação da carteira estudantil na entrada apenas para evitar que algum voluntário participe mais de uma vez.

No entanto, essa pesquisa é anônima. Não é permitido que vocês façam qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários que receberem. Em todos os formulários, haverá apenas o meu nome (Priscila Furtado dos Santos), já que sou a responsável pela pesquisa.

Durante o estudo, não é permitida nenhuma interação entre os participantes. As atividades devem ser realizadas individualmente. Por isso foi escrito “SILÊNCIO” no quadro. Permanecer em silêncio até que vocês saiam do anfiteatro é essencial para a realização dessa pesquisa, ok? Por favor, colaborem.

Tudo que for preciso para realizar a pesquisa já foi previamente distribuído, inclusive uma caneta. Portanto, deixem todo o material pessoal ao lado da carteira. Por favor, deixem os celulares no modo “silencioso” para não atrapalhar a concentração dos demais.

Gostaria de pedir também que vocês não comentassem com os futuros participantes sobre a dinâmica do estudo (as etapas, todo o processo). Assim todos os participantes vão estar nas mesmas condições: não terão nenhum conhecimento prévio a respeito das atividades que serão realizadas.

Bom, todas as informações necessárias quanto à participação nesse estudo foram repassadas agora. Serão dadas mais informações – como, por exemplo, objetivo da pesquisa e Departamento responsável – quando o estudo for concluído, por meio do site da UnB, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

Etapa 1

Como vocês podem ver, em cima da carteira de cada um, tem um envelope pardo. Não abram ainda, por favor, apenas retirem o clipe e o coloque novamente nos 2 envelopes brancos numerados. Dentro do envelope pardo, há um formulário de 3 folhas, com um total de 20 tabelas. Cada tabela tem 12 números de 3 dígitos.

Assim como aconteceu na tarefa de memória, no enunciado dessa atividade tem o comando do que vocês deverão fazer. As informações fornecidas são suficientes para realizar essa tarefa.

Para cada tabela que vocês resolverem corretamente, conforme o que está sendo pedido, ganharão R\$ 0,50. Se resolverem corretamente as 20 tabelas, 20 x R\$ 0,50, ganharão R\$ 10,00, que é o máximo que vocês podem ganhar. E assim por diante...

Vocês terão 5 minutos cronometrados para realizar essa atividade. Ao meu sinal, vocês irão abrir o envelope pardo, tirar o formulário e iniciar a tarefa. Vou avisar quando os 5 minutos tiverem acabado e, imediatamente, vocês deverão parar de escrever. Se concluírem a atividade antes dos 5 minutos, por favor, permaneçam

sentados na carteira, aguardando as próximas informações, ok?

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava zerado]
Podem começar! [O Fiscal 1 iniciava o cronômetro]

Depois de 5 minutos:

O tempo acabou! Parem de escrever, por favor.

[O Fiscal 1 pedia para um voluntário conferir se o cronômetro estava marcando 5 minutos]

Por favor, agora vocês irão contar a quantidade de tabelas que vocês resolveram corretamente, ou seja, a quantidade de tabelas em que vocês encontraram e circularam corretamente os dois números únicos que quando somados davam resultado exatamente igual a 10.

Como a mesma pesquisa será realizada com outros grupos de alunos, os formulários contendo as 20 tabelas não poderão sair deste anfiteatro em hipótese alguma. Portanto, depois que vocês contarem a quantidade de tabelas que vocês resolveram corretamente, o formulário de 3 folhas deverá ser descartado na lixeira de coleta seletiva que está corredor central. Posteriormente, esse material será reciclado. Mais uma vez, gostaria de lembrá-los que não é permitido que vocês façam qualquer assinatura ou marca identificadora nessas folhas.

Depois que vocês contarem o número de tabelas resolvidas corretamente, vocês vão levantar da carteira, um por vez, em ordem, carregando todo o material que receberam: o formulário com as 20 tabelas dentro do envelope pardo e os dois envelopes brancos que estão juntos no mesmo clipe. Por favor, mantenham esses envelopes brancos fechados, da mesma forma como foram entregues a vocês. Irão descartar o formulário com as 20 tabelas na lixeira de coleta seletiva e, seguindo as setas vermelhas que estão grudadas no chão aqui na frente da sala, irão formar uma fila ao lado da mesa, à frente do quadro negro do anfiteatro, onde está o pote de moedas. Esse pote só contém moedas de R\$ 0,50 porque, como eu havia dito, para cada tabela que vocês tiverem resolvido corretamente, conforme o que foi pedido, ganharão R\$ 0,50. Se tiverem resolvido corretamente as 20 tabelas, irão retirar do pote 20 moedas de R\$ 0,50, que é o máximo que vocês podem ganhar. Se tiverem resolvido “x” tabelas, vão retirar “x” moedas e assim por diante... Vocês deverão retirar o montante correspondente ao número de tabelas que vocês resolveram corretamente, guardar essas moedas nos seus pertences (bolso, mochila, carteira) e continuar seguindo as setas vermelhas grudadas no chão no chão do corredor à direita, com os 2 envelopes brancos ainda fechados em mãos, em direção à saída, quando será dada orientação quanto ao que fazer com esses envelopes.

Alguma dúvida com relação às instruções que eu passei?

*Agora podem contar no formulário de 3 folhas o número de tabelas que vocês resolveram corretamente em silêncio. Depois coloquem esse formulário dentro do **envelope pardo**. Formem uma fila para descartar as folhas com as tabelas e depois outra para retirada de moedas do pote. Por favor, deixem as canetas em cima da carteira. Lembrando, mais uma vez, que não é permitida nenhuma interação entre os participantes até que vocês tenham saído do anfiteatro. Permaneçam em silêncio.*

[O Fiscal 1 ficava ao lado da lixeira de coleta seletiva para assegurar que todos iriam descartar o formulário com as 20 tabelas; recolhia os envelopes pardos vazios e cliques; e organizava a fila para retirada das moedas]

[O Fiscal 2 ficou sentado em uma carteira no canto inferior direito do anfiteatro, não muito distante da mesa onde estava o pote, para indicar a direção que os alunos deviam tomar depois de terem retirado as moedas do pote, seguindo as setas vermelhas grudadas no chão do corredor à direita.]

Etapa 2

[Quando já haviam retirado as moedas do pote e estavam indo em direção à saída, com os 2 envelopes ainda fechados, o Fiscal 4 organizava uma fila ao lado da porta da antessala do anfiteatro e permitia a entrada de apenas um aluno por vez. Na antessala, havia 2 carteiras com uma urna em cima de cada uma delas. Foram colados avisos ao lado de cada urna, que seriam lidos pelos voluntários e os informava quanto ao que deveriam fazer nessa etapa final do experimento. Na primeira carteira, ao lado da urna, havia o seguinte aviso: “Apenas para facilitar a reposição de moedas no pote, por favor, preencha o formulário contido no envelope 1 e deposite na urna. *A pesquisa é anônima. Não é permitido fazer qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários*”. Na carteira à esquerda, ao lado da urna, constava o seguinte aviso: “Por favor, preencha o formulário contido no envelope 2 e deposite na urna. *A pesquisa é anônima. Não é permitido fazer qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários*”. O Fiscal 3 ficava na porta do anfiteatro, autorizando a saída do voluntário que já havia preenchido e depositado os 2 envelopes nas urnas]

[Depois que todos os voluntários tinham saído do anfiteatro, o Fiscal 1 recolhia os formulários com as 20 tabelas da lixeira de coleta seletiva e os colocava em ordem de numeração. O Fiscal 4 recolhia os boletos de pagamento e questionários socioeconômicos contidos nas urnas e os grampeavam segundo suas numerações. O Fiscal 2 contava quantas moedas sobraram no pote de vidro⁴⁴, enquanto o Fiscal 3 contava e registrava o total declarado pelos participantes nos boletos de pagamento. Em seguida era feita a reposição de moedas no pote, para a próxima sessão do experimento, com base no número *exato* de moedas que haviam sido retiradas pelos voluntários]

⁴⁴ Quando comparado com a quantidade de moedas que inicialmente havia sido colocada dentro do pote, permitia descobrir o número *exato* de moedas retiradas do pote pelos voluntários.

APÊNDICE O – AVISOS DAS URNAS 1 E 2**AVISO DA URNA 1:**

“Apenas para facilitar a reposição de moedas no pote de vidro, por favor, preencha o formulário contido no envelope 1 e deposite na urna.

A pesquisa é anônima. Não é permitido fazer qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários.”

AVISO DA URNA 2:

“Por favor, preencha o formulário contido no envelope 2 e deposite na urna.

A pesquisa é anônima. Não é permitido fazer qualquer assinatura ou marca identificadora em nenhum dos formulários.”

APÊNDICE P – PERFIL DOS ALUNOS VOLUNTÁRIOS (CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO)

Área do Conhecimento	Cursos	Voluntários	Total
Biológicas	Ciências Ambientais	1	33
	Ciências Biológicas	9	
	Educação Física	1	
	Enfermagem	8	
	Farmácia	2	
	Medicina	7	
	Nutrição	1	
	Psicologia	4	
Exatas	Agronomia	19	132
	Ciência da Computação	9	
	Engenharia Ambiental	3	
	Engenharia Civil	7	
	Engenharia de Produção	1	
	Engenharia de Redes de Comunicação	3	
	Engenharia Elétrica	5	
	Engenharia Florestal	12	
	Engenharia Mecânica	1	
	Engenharia Mecatrônica	9	
	Estatística	16	
	Física	8	
	Geologia	2	
	Matemática	3	
	Química	32	
	Química Tecnológica	2	
Humanas	Administração	10	231
	Arquitetura e Urbanismo	15	
	Arquivologia	5	
	Artes Cênicas	1	
	Artes Plásticas	1	
	Biblioteconomia	2	
	Ciência Política	9	
	Ciências Contábeis	6	
	Ciências Econômicas	12	
	Ciências Sociais	21	
	Comunicação Social	47	
	Desenho Industrial	2	
	Direito	6	
	Filosofia	3	
	Geografia	4	
	Gestão Ambiental	1	
	História	13	
	Letras	32	
	Música	1	
	Pedagogia	4	
Relações Internacionais	22		
Serviço Social	14		
Total*	46 cursos	396	396

* Dentre os 400 voluntários, apenas 4 não informaram, no questionário socioeconômico, qual curso faziam na UnB.

APÊNDICE Q – CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DO EXPERIMENTO

Itens Adquiridos	Qtd	Preço	Custo total
Alimentação dos fiscais	5	60,74	303,70
Caneta esferográfica azul (50 un)	1	9,90	9,90
Clips (430 un)	1	9,90	9,90
Cópias	630	0,06	37,80
Envelopes brancos pequenos (100 un)	3	5,20	15,60
Envelopes pardos A4 (100 un)	2	15,30	30,60
Fichas (30 un)	17	2,00	34,00
Impressão (1.200 un)	1	45,00	45,00
Lixeira para coleta seletiva	1	37,00	37,00
Marca-texto	1	2,85	2,85
Pincel marcador azul (4 un)	1	5,80	5,80
Pincel preto	1	4,30	4,30
Régua 30 cm	1	0,99	0,99
Resma de papel A4 (500 un)	3	9,99	29,97
Urna média	1	19,00	19,00
Urna pequena	1	12,00	12,00
Subtotal			598,41

Pagamento aos Voluntários

Custo do Desempenho Real*	261,50	1. Dez Mandamentos
Custo da Desonestidade**	69,00	
Pagamento Total Realizado***	330,50	
Custo do Desempenho Real	246,50	1. 10 Livros
Custo da Desonestidade	69,00	
Pagamento Total Realizado	315,50	
Custo do Desempenho Real	245,50	2. Fichas
Custo da Desonestidade	43,00	
Pagamento Total Realizado	288,50	
Custo do Desempenho Real	274,50	3. Pote de Moedas
Custo da Desonestidade	34,50	
Pagamento Total Realizado	309,00	
Subtotal	1243,50	
CUSTO TOTAL	1841,91	

* Pagamento que seria feito considerando apenas o desempenho real no teste matemático. Pagamento justo ou ideal.

** Custo decorrente da diferença entre o desempenho real no teste matemático e o desempenho autodeclarado no boleto de cobrança.

*** Pagamento feito com base no desempenho declarado no boleto de cobrança.